

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

BARBARA DE CASTRO BATISTA

Gênero, Cultura e Serviço Social: Uma articulação possível e
necessária

Rio de Janeiro
2017

BARBARA DE CASTRO BATISTA

**Gênero, Cultura e Serviço Social: Uma articulação possível e
necessária**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Escola de Serviço Social da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como requisito para
conclusão do curso de Serviço Social.

Orientação: Prof. Me. Rafaela Ribeiro

Rio de Janeiro
2017

BARBARA DE CASTRO BATISTA

**Gênero, Cultura e Serviço Social: Uma articulação possível e
necessária**

Aprovado em: ___/___/___

Profa. Me. Rafaela Ribeiro – Orientadora
Professora da Escola de Serviço Social - UNIRIO

Profa. Dra. Vanessa Bezerra de Souza
Professora da Escola de Serviço Social - UNIRIO

Assistente Social Tereza Cristina Ferreira da Silva

Rio de Janeiro
2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas(os) as(os) profissionais que lutam no seu cotidiano por uma sociedade mais justa e igualitária numa perspectiva de gênero e classe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido o privilégio de nascer numa família que me deu o suporte necessário para a concretização de mais este sonho.

À minha mãe que passou e passa por situações que nem sempre são favoráveis a ela, mas que sempre foi e sempre será meu maior exemplo de mulher. Esse trabalho também é dedicado a você.

Ao meu pai, que mesmo enfrentando vários problemas e estando numa posição masculina com seus privilégios cabíveis, me proporciona todos os meios possíveis para minha luta feminista e pela concretização dos meus sonhos.

À minha irmã, que mesmo com sua pouca idade me cativa com sua necessidade de descobrir e revolucionar o mundo por uma perspectiva crítica. Espero que um dia possa ler esse trabalho e que ele faça algum sentido para você.

À minha avó Eliane que me ampara em todas as minhas decisões, me empolga e me dá forças para continuar na minha luta, mesmo que às vezes não concorde 100% com elas. Você é, com certeza, um dos fatores principais para minha felicidade e sucesso.

Às minhas amigas: Taisa, obrigada por ter me impulsionado a fazer a minha inscrição na UNIRIO e por estar do meu lado em todos os desesperos que vieram a partir disso. Jéssica, Marianna e Thaís, só tenho a agradecer por todo o carinho e dedicação dispendido em nossa trajetória acadêmica pouco convencional. Renata e Rhanna, como sentirei saudades do nosso trio infalível, essa graduação não seria a mesma sem vocês. Bernardo, obrigada por toda a sua sensibilidade e paciência nos meus diversos momentos de angústia. E a todos os meus colegas de classe, futuros companheiros de profissão, obrigada por me proporcionarem uma experiência de união em uma sala de aula extremamente questionadora.

À Lobelia Faceira, por estar sempre disponível, inclusive nas madrugadas de insônia, com sua calma e doçura cativantes. Você é um verdadeiro exemplo de pessoa e profissional. Foi um privilégio ser aluna da professora mais centrada e organizada da UNIRIO.

À Vanessa Bezerra, por ter sido minha maior inspiração na escolha da categoria Gênero, como um tema central para a vida. Foi através da sua amizade e da sua didática agregadora que pude perceber que precisamos lidar com as

diferenças. Com você pude entender que é possível ser mulher, mãe, esposa, bem sucedida e feminista. Obrigada também por ter feito parte da elaboração do primeiro capítulo deste trabalho, sem você isso não seria possível.

À Tereza Cristina, minha supervisora de campo, muito obrigada por sua amizade sincera e por me mostrar com suas atitudes profissionais sua postura ética perante situações cotidianas desafiadoras. Você foi responsável pela minha evolução pessoal e profissional.

À Luciana Catete, por ter me acolhido na ausência de Tereza. Foi um grande privilégio atuar ao lado de uma profissional extremamente respeitosa, ética e graciosa como você. Aos demais profissionais e estagiários do Hospital Federal de Bonsucesso, deixo aqui meu agradecimento sincero, foi um campo de estágio que me proporcionou muitas experiências agregadoras.

À minha orientadora Rafaela Ribeiro, por ter me recebido de braços abertos e um sorriso no rosto, mesmo no desespero de seu Doutorado. Muito obrigada por ter escutado minhas ideias, por ter tido paciência com minhas indecisões que teimavam em aparecer e por ter a delicadeza de aproveitar ao máximo tudo o que eu escrevia, aprendi muito com essa trajetória.

Por fim, agradeço a todos os familiares, amigos e colegas que indiretamente também estiveram presente na minha caminhada. Não conseguimos chegar, sozinhos, a nenhum lugar, e graças a todos vocês que hoje posso estar escrevendo essas palavras. Deixo aqui meu MUITO OBRIGADA!

“tantas vezes o que chamam de abstrato me parece apenas o figurativo de uma realidade mais delicada e mais difícil, menos visível a olho nu.”

(Clarice Lispector)

RESUMO

O presente trabalho foi impulsionado pela vivência no estágio da aluna que identificou a necessidade de um aprofundamento teórico das categorias de **gênero e cultura**, permitindo um melhor entendimento do processo de construção e desconstrução do machismo nesta sociedade e nos diferentes processos de trabalho do serviço social, profissão interventiva que lida cotidianamente com as diferentes expressões da questão social, incluindo nesse bojo, tudo que se refere à violência de gênero.

Para isso, abordamos no primeiro capítulo as noções acerca do gênero e principalmente do patriarcado, que coloca a mulher enquanto ser inferior. Tendo esse conceito como base, serão apresentados os impactos que as mulheres sofrem em seu cotidiano, dando destaque para as violências de gênero. No segundo capítulo, ao utilizar da categoria cultura, nos aproximaremos dos debates acerca das ideologias e de como isso afeta a tomada de consciência de classe e de gênero. E no terceiro capítulo nos debruçaremos sobre as formas de inserção do serviço social no bojo do debate de gênero, do momento da formação até as possibilidades de intervenção nos diferentes espaços sócio ocupacionais. Todo o trabalho é permeado por dados da realidade, obtidos em diversas plataformas de estudos estatísticos, o que foi de fundamental importância para dar materialidade a todo o debate teórico aqui exposto.

Palavras-chave: Gênero. Patriarcado. Cultura. Serviço Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SER MULHER TE LIMITA(?)	15
1.1 PATRIARCADO ATRAVÉS DOS TEMPOS E HOJE	21
2 A IMPORTÂNCIA DA CULTURA PARA A ANÁLISE DO MACHISMO NA SOCIEDADE	29
2.1 CULTURA E A TOMADA DE CONSCIÊNCIAS	30
3 GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: DA FORMAÇÃO À PRÁTICA PROFISSIONAL	44
3.1 O GÊNERO E O CURRÍCULO PROFISSIONAL	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi impulsionado por experiências vividas no campo de estágio realizado no Hospital Federal de Bonsucesso no setor de enfermagem de pediatria. No trato com as famílias das crianças internadas e no convívio com os(as) diversos(as) profissionais da área da saúde que lá estavam, foi possível identificar diversas situações que explicitaram o fenômeno do machismo presente na sociedade. Deste modo, percebemos a necessidade de um aprofundamento no campo teórico, destacando algumas categorias que podem ser explicativas desses diferentes modos de ser e agir na sociedade, fazendo com que sujeitos sejam produtores e reprodutores de certos comportamentos de maneira consentida ou coercitiva.¹

Nesse sentido este trabalho, que segue o método materialista histórico dialético, tem como objetivo aprofundar as categorias **gênero** e **cultura** subsidiando o entendimento do processo de construção e desconstrução do machismo nesta sociedade e nos diferentes processos de trabalho do serviço social, profissão interventiva que lida cotidianamente com as diferentes expressões da questão social, incluindo nesse bojo, tudo que se refere à violência de gênero.

Primeiramente é preciso entender um pouco mais sobre esse ambiente rico de informações que é a pediatria de um hospital público de alta complexidade. As crianças, em sua grande maioria, cronicamente adoecidas, com síndromes raras e/ou com problemas ligados a prematuridade, demandam muita atenção de suas famílias que são normalmente de baixo nível sócio econômico. Devido ao quadro agudizado de saúde dessas crianças há internações longas e recorrentes, o que requer uma grande reorganização familiar, tanto no pós-alta, quanto no próprio acompanhamento hospitalar.

¹ Na sociedade capitalista temos uma relação de submissão de uma classe à outra, logo, se faz necessário mecanismos que legalizem e consolidem tal submissão. Nesse sentido, há a criação de forças armadas, como o exército e a polícia, assim como outras instituições coercitivas como as prisões, com o objetivo de conter a organização dos sujeitos e grupos através da repressão para garantir a hegemonia da classe que detém o poder. E também há os meios de controle "menos violentos" e, portanto, com potencial de força mais velado, como por exemplo, o sistema jurídico, as escolas, igrejas, meios de comunicação (etc.), que atuam no objetivo de estimular as classes subalternas para aceitação do modelo de produção atual, achando-o justo, necessário e eterno. Normalmente a coerção ocorre quando o consenso não foi o suficiente para o "convencimento" das classes subalternas ao projeto político capitalista.

Estando inserida neste cenário é possível observar a forma como a questão social no âmbito da saúde se expressa de maneira diversificada e complexa, tendo em vista que o adoecimento da criança e a falta de recursos para o tratamento são um fato. Juntamente a esses fatores observamos as relações sociais que se formam tanto entre as(os) acompanhantes como no âmbito da própria família. E foi exatamente aí, que se fez presente e explícito o machismo e diversas outras formas de violências de gênero, estimulando assim, o presente trabalho.

Para além dos aspectos macro societários, ligados ao patriarcado, que impulsionam as desigualdades de gênero, alguns aspectos culturais inerentes ao campo da saúde se fazem presente e refletem de algum modo no cotidiano profissional, porém neste trabalho não serão evidenciadas as características e lacunas dentro do sistema de saúde brasileiro. Entendemos que essas questões influenciam diretamente as múltiplas dificuldades que encontramos no dia-a-dia e nas dinâmicas institucionais, no entanto, o que nos move no presente trabalho, para além das dificuldades presentes no campo da saúde, são as relações culturais de gênero contidas e vivenciadas neste campo sócio-ocupacional.

Partindo do pressuposto que como assistentes sociais lidamos com usuários(as) nas suas diversas dimensões, precisamos ter clareza de que todos nós influenciemos e somos influenciados(as) por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Assim, a apreensão dos fenômenos sociais sob a ótica da totalidade, é pressuposto metodológico para o entendimento dos múltiplos fatores que incidem sobre o exercício profissional. É através das sucessivas aproximações a esses fenômenos que construímos conhecimento para desvendar a realidade, o complexo de complexos, e o *todo caótico* que se apresenta na forma de questão social. Decifrar essas amarras pode apontar para um projeto de fato comprometido ética e politicamente com a classe trabalhadora, contribuindo assim, para o enfrentamento de estereótipos e formas de violências banalizadas, que estão estreitamente relacionados a esse modo de produção. Portanto, este trabalho pretende contribuir para que profissionais das mais diversas áreas, sobretudo, assistentes sociais, possam identificar e ampliar seu olhar, conjugando os conceitos de gênero e cultura, como importantes chaves teóricas para avançar na construção de contra-hegemonias e nas mais diversas possibilidades de tensionamento, não só a partir do exercício profissional, como também, promovendo espaços de discussão e debates democráticos no interior da categoria.

Em se tratando de uma enfermaria de pediatria, cujas especificidades foram expostas anteriormente, duas questões aparecem como pano de fundo para análise. A primeira diz respeito a família, que irá se configurar como a principal instituição de apoio para a recuperação da saúde e bem-estar da criança. A partir desse entendimento é necessário desempenhar um trabalho de fortalecimento dessa família, sendo necessária uma compreensão, por parte da equipe multiprofissional, mais aprofundada das questões que possam estar impactando negativamente o quadro de saúde da criança, como por exemplo conflitos entre os pais, abusos sexuais contra as crianças que estatisticamente são perpetrados pelos homens mais próximos da criança, a criança pode também testemunhar violências domésticas se tornando possível o desencadeamento de doenças do sistema nervoso central, além do fato delas mesmas poderem ser vítimas de tal violência. Esses são somente alguns dos exemplos que podem estar presentes nos atendimentos, mesmo que não apareçam sempre de maneira explícita, cabendo desta forma, ao profissional, ter um olhar aguçado, pois as desigualdades de gênero muitas vezes se expressam de maneira sutil, ganhando proporções impactantes.

A questão de gênero também se destaca quando se trata de cuidados com os filhos, sobretudo cuidados com a saúde da criança e/ou adolescente, devido ao fato de que a maior parte das responsabilidades desses cuidados recai sobre a mulher. Há uma espécie de naturalização e banalização do papel da mulher nesta sociedade, tal fato deixa raiz na história e no surgimento da sociedade capitalista, sendo reproduzido como uma cultura patriarcal e machista. No Brasil, esses traços são intensos, na medida em que nossa formação social vem impondo modelos de família ao longo da história, chegando ao que conhecemos hoje, como modelo burguês de família, que irá incorporar culturalmente hábitos e valores dos modelos de família que a antecederam, juntamente com novas questões que se apresentam nos dias atuais, tomando uma aparência naturalizada. Tal fato, nos faz lançar luz à segunda questão, a cultura.

A cultura se apresenta como categoria de análise vertical podendo impactar (ou não) em mudanças sociais diversas, inclusive no que se refere à questão de gênero no Brasil. A cultura como modo de vida que será apresentada no segundo capítulo deste trabalho com ênfase nos estudos de Gramsci e Raymond Williams, nos levará à compreensão dos múltiplos fatores que corroboram para a formação das consciências, desde o modo de produção vigente nessa sociedade até as várias

subjetividades atribuídas e/ou conquistadas, incluindo aí, experiências singulares de classe social.

É importante destacar que tomamos aqui o sentido de cultura a partir de uma abordagem crítica dialética, que a compreende como parte de uma totalidade social e complexa, integrando-a as demais dimensões da vida social, como a política e a econômica.

A relevância das categorias gênero e cultura ficou explícita diante de duas situações comuns que podemos utilizar como exemplo ilustrativo: O primeiro pelo fato de uma mãe acompanhante não se identificar e nem se solidarizar com outras mães na mesma situação, o que culmina em julgamento moral. O segundo, a relação entre as acompanhantes e as profissionais de enfermagem que estão em contato permanente, todos os dias e horários, fazendo com que, na maior parte dos casos vivenciados, as profissionais usualmente se utilizem de julgamentos morais, reproduzindo um comportamento machista, e assim, prejudicando o que podemos chamar de relação profissional de saúde-usuária.

A mulher, totalmente imersa nos dogmas da sociedade, incorpora o papel feminino que dela é exigido, cobra das outras mulheres que também o tenham, reproduzem essa visão para seus filhos(as) e, muitas vezes, ao longo de sua vida nunca se perguntaram o porquê fazem isso. Demonstrem assim, que o machismo e as desigualdades de gênero são tão “naturais” para a sociedade que sequer causam estranhamento.

Foram expressos casos vivenciados no campo que impulsionaram o presente trabalho, mas é importante termos a clareza de que fatos como esses estão presentes no cotidiano de forma naturalizada e quase imperceptíveis, disfarçando ainda mais os processos de opressão. Isso se dá pelo fato da cultura machista estar presente em nossas vidas desde o nascimento, sendo fator formador de nossas personalidades e subjetividades, tornando extremamente complexa as formas de enfrentamento desses hábitos, no entanto, da mesma forma que foi possível criá-los, também é possível desconstruí-los na direção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, destacamos aqui a importância de trabalhos e produções acadêmicas que valorizem a construção do conhecimento de forma comprometida e crítica que contribuam, de fato, para o desvendamento da questão social e de suas múltiplas determinações, como forma de contribuir para a superação de mecanismos de exploração e violação de direitos das mais diferentes ordens.

No capítulo 1, considerando a formação sócio histórica brasileira e sua transição para a sociedade de classes, abordamos como o gênero e mais especificamente o patriarcado vem impactando no cotidiano das mulheres nos mais diversos âmbitos, dando destaque para as violências de gênero sofridas por elas.

No capítulo 2, abordamos a categoria cultura com objetivo de entender de maneira mais aprofundada os impactos e os limites que esta sociedade impõe para a construção das consciências críticas, principalmente das mulheres.

Por fim, no capítulo 3, colocamos a categoria profissional enquanto foco do debate, centralizando para a importância da inclusão de disciplinas de gênero como obrigatórias no currículo acadêmico.

*“você tem dores
morando em lugares
em que dores não deveriam morar”*
(Rupi Kaur)

1 SER MULHER TE LIMITA(?)

O Gênero está comumente presente no cotidiano de uma forma pouco crítica, na maioria das vezes sendo confundido e comparado puramente com uma diferenciação entre os sexos, como podemos observar ao escolhermos entre os gêneros feminino ou masculino no preenchimento de alguma ficha cadastral, ou na diferenciação dos banheiros públicos. Essas situações fazem com que a população em geral reduza a compreensão de gênero ao sexo², quando na realidade o gênero não tem a ver necessariamente com o sexo em si, mas sim, com os padrões que se manifestam neles. Isso quer dizer que o gênero está ligado aos padrões de comportamento que se inspiram e se manifestam nos sexos e que ser feminino ou masculino independe do órgão sexual.

Dentre outros tipos de polarização como ricos e pobres, brancos e negros, a sociedade é historicamente polarizada entre homens e mulheres. Logo, sua organização é baseada levando-se em consideração a distribuição de papéis e de atitudes socialmente esperadas de ambos os gêneros/sexos. Aqui queremos dizer que uma pessoa ao nascer com o órgão sexual feminino é, a ela atribuído, o papel de mulher, e que, conseqüentemente vem carregado de significados (socialmente atribuídos - estereotipados) como por exemplo, ser boa mãe, passiva, organizada, má motorista, boa dona de casa, entre outros.

A mesma situação para pessoas que nascem com o órgão sexual masculino, sendo considerado homem, portanto, socialmente viril, bem sucedido, racional, investigador, agressivo, pouco detalhista, entre outros.

² É importante dizer que essa diferenciação de forma binária entre gênero feminino e masculino possui um atravessamento da língua portuguesa, sendo diferente por exemplo da língua francesa e inglesa. Tendo em vista que as literaturas feministas francesas e inglesas são as utilizadas nesse debate, é possível que a tradução tenha impactado e comprometido o processo de compreensão acerca das questões de gênero no Brasil.

Formatado: Recuo: Primeira linha: 0 cm, Espaçamento entre linhas: simples

Formatado: Fonte: 10 pt

Conforme IZQUIERDO (1992), os gêneros masculinos e femininos possuem características que são construídas socialmente. Ao separar a sociedade em dois sexos cada lado tem suas obrigações, punições e oportunidades distintas, mas é necessário perceber que os seres humanos são distintos entre si e que o sexo só é mais uma forma de distinção. A partir do momento em que se nasce macho ou fêmea correlaciona-se a estes sexos características que culturalmente são delegadas a eles, mas que poderiam ser reconstruídas levando em consideração o avanço teórico obtido ao longo dos anos acerca dessa temática.

Essa diferenciação também estabelece uma hierarquia social, fazendo com que o gênero masculino seja mais privilegiado que o feminino, não só no sentido econômico, como também no social e cultura. Essa premissa é o principal fator que motiva as violências de gênero perpetradas substancialmente às mulheres segundo mapa da violência de 2015³, que aponta uma média de 13 homicídios femininos por dia no Brasil, nos anos de 2003 a 2013.

A esse fenômeno que proporciona a hierarquização de gêneros dá-se o nome de patriarcado, conforme nos explicita saffioti (2015) acerca da compreensão conceitual de Gênero e Patriarcado:

Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor de dominação-exploração. (SAFFIOTI, 2015, p.148).

Em nossas vidas possuímos características pessoais que são entendidas como naturais e individuais, contudo elas também são construídas socialmente, levando em consideração ações, pensamentos, vivências e valores que estão imersos numa ideologia que se dilui na própria subjetividade e sentimentos das pessoas desta sociedade, sendo comumente repassadas e desenvolvidas pelos sujeitos através das mais diferentes instituições, quais sejam, a família, a escola, as mídias, as religiões, etc. Gramsci chamaria essas instituições de aparelhos privados de hegemonia, e destacaria suas ações como voltadas, principalmente, para a manutenção do status quo. Esse tema será melhor explicitado no segundo capítulo do presente trabalho.

³ Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>

Os estereótipos de gênero são definidos de forma que o gênero feminino recebe a incumbência de cuidar da esfera da sobrevivência e da reprodução da vida humana, mesmo que a mulher possua um emprego, ou seja, ainda que a mulher ocupe o mercado de trabalho e lute por seus direitos, ainda assim será a figura que ocupará o protagonismo na vida doméstica, no cuidado com os filhos, com a casa e marido. Já o gênero masculino está na esfera da transcendência do ser humano, da vida pública, produzindo conhecimentos e impreterivelmente também é atingido com as práticas machistas da sociedade, no sentido de que o homem é cobrado pela manutenção financeira da casa, é pressionado a não chorar, não ser sentimental e ser sempre viril.

É importante ressaltar que a vida pública não é exclusividade do homem, e a privada não é exclusividade da mulher, porém aqui estamos preocupados em demonstrar o caráter hierárquico que existe entre os dois papéis e que isso é causado e perpetuado devido ao patriarcado estimulado com o capitalismo. Deste modo,

Observa-se que raramente existiu uma fronteira nítida entre vida doméstica e vida pública e que o elo entre estas duas esferas é estabelecido pela família, que contribui para a construção das identidades privadas e públicas para cada sexo (ALMEIDA, 1998, p.103).

A mulher ocupa preponderantemente o espaço privado porque mesmo quando ela sai, a esfera pública é somente uma extensão dos afazeres domésticos e do cuidado, sendo isso observado claramente na enfermagem de pediatria, onde a mãe mesmo tendo vínculo empregatício, é cobrada e se cobra pela saúde e cuidado com seu filho, além dos afazeres domésticos que a espera na volta para casa. Esses fatos são expressos estatisticamente quando mostram que mulheres possuem 7,5h a mais de trabalho semanal que os homens e que 90% das mulheres se dedicam à trabalhos domésticos enquanto somente 50% dos homens se dedicam aos mesmo (taxa essa que se mantém inalterada durante 20 anos).⁴ Todas essas reflexões nos fazem pensar que os fatos que observamos no dia a dia não se esgotam ali, e muito menos só existem ali. Eles ocorrem permeados e solidificados por uma história e cultura que

⁴ Dados retirados do estudo "*Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*" com base nos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, de 1995 a 2015. Esta pesquisa faz parte de um projeto realizado pelo Ipea desde 2004 em parceria com a ONU Mulheres. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf

propiciam essas repetidas atitudes, demonstrando desta forma a amplitude e complexidade de tais fenômenos.

Nesse sentido, o gênero se configura enquanto uma categoria teórica heterogênea que é necessária para a problematização sobre o impacto da cultura patriarcal no cotidiano da população como um todo, especialmente para as mulheres de diferentes classes e etnias. Como o presente trabalho usa como referencial teórico o materialismo histórico dialético marxista, é importante identificar nosso ponto de partida, considerando aqui Bezerra e Veloso que definem gênero enquanto “um termo que designa o fenômeno ou conjunto de fenômenos que expressam um padrão específico de relações existentes entre homens e mulheres, homens e homens e mulheres e mulheres” (BEZERRA; VELOSO, 2004, p.122)

A mulher vem sendo historicamente subjugada, no que se refere ao seu papel social na estrutura da sociedade. Com o capitalismo isso se aprofunda, já que é nesse sistema de produção que as desigualdades se tornam cada vez mais notórias, uma vez que a concentração de riquezas nas mãos de poucos e a busca incessante pelo lucro são características fundantes desse sistema. Assim, partindo do entendimento da divisão social e técnica do trabalho - que inaugurou inclusive, a primeira forma de divisão social - a divisão de trabalho por sexo ou divisão sexual do trabalho - também teremos fortes rebatimentos no que se refere ao papel da mulher nessa estrutura, seja como força de trabalho, ou como sujeito portador de direitos.

Segundo Saffioti (2013), entende-se que existem dois motivos principais que sustentam a argumentação para tal exclusão da mulher da estrutura ocupacional. A primeira seria a tradição que coloca a figura feminina no papel de exercer funções domésticas e o segundo seria por motivos de deficiências do organismo e da personalidade feminina.

Sob essa ótica, poderíamos acrescentar que o primeiro trata-se de uma questão cultural, totalmente relacionada à forma com a qual a sociedade educa as crianças desde o nascimento. As mulheres são educadas em sua grande maioria, com a premissa de que “o pudor é algo necessário, devendo assim, se resguardar”, pois o homem tem instintos incontroláveis. Essa mesma menina também é estimulada a brincar de “panelinha” e de boneca, reproduzindo assim questões que seriam do universo feminino. Não estranhamente, esta menina reproduz tais preceitos para formar e compor sua personalidade, seus valores e sua forma não só de viver a vida

como também a maneira com que vai criar seus futuros(as) filhos(as), fazendo com que, se não houver algum fator de rompimento, o ciclo recomesse.

Com base na forma desigual que a mulher é colocada na sociedade desde o seu nascimento, podemos perceber que há brechas para violências contra as mesmas, e como a cultura do machismo pertence à sociedade e não somente aos homens, a mulher, munida dessa cultura deturpada pode inclusive ser o algoz ou estando no papel de reprodutora da cultura machista que sofre. Mas antes de nos debruçarmos no papel da cultura (que será estudado no segundo capítulo) é necessário explicitar alguns esclarecimentos desse tema complexo que são as violências de gênero.

Tais violências são comumente reproduzidas de maneira sutil e podem se apresentar de forma diluída e pouco clara no fazer profissional do assistente social, considerando que o tema de gênero é pouco presente no próprio currículo acadêmico do curso em voga, fator esse que será melhor explicitado no terceiro capítulo deste trabalho. Porém precisamos estar atentos para o fato de que não identificando e conseqüentemente não lidando com questões de gênero junto aos nossos usuários, estaremos em um caminho oposto ao do nosso código de ética profissional que possui em praticamente todos os seus princípios fundamentais, competências e atribuições para um modelo de sociedade mais junto e igualitário, onde o gênero se enquadra facilmente.

É inteligível que uma fraca base teórica sob uma perspectiva de gênero pode refletir de forma pouco favorável a um cotidiano profissional bem qualificado, porém é possível se equipar de informações críticas para uma mudança real na nossa vida e que conseqüentemente trará modificações na nossa forma de atuação, auxiliando no processo de nos manter atentos(as) e esclarecidos(as) sobre os fatores que subsidiam, por exemplo, a existência da violência de gênero⁵.

Entendendo que este é um material que pode auxiliar nesse processo de conhecimento do profissional, iremos expor com base em Saffioti (2015) algumas distinções entre violências de gênero e violência contra mulheres, bem como violência familiar e doméstica.

⁵ Neste trabalho entendemos que a violência de gênero também aborda mulheres trans, homens trans ou qualquer gênero que esteja sofrendo algum tipo de discriminação, porém aqui, devido ao curto prazo, acúmulo de estudos e do entendimento da relevância do tema LGBTT (que não é dominado pela aluna), iremos focar somente nas questões referentes ao gênero feminino, relativo a mulheres cisgênero.

Primeiramente a autora deixa claro que violência de gênero não é sinônimo de violência contra mulheres, pois a violência de gênero abrange qualquer tipo de violência perpetrada entre mulheres e homens, mulheres e mulheres ou/e homem e homens, porém a autora alerta que devido a cultura do machismo, as violências de homens contra mulheres costumam ser mais comuns. A mesma ainda aponta as diferenças entre violência familiar e doméstica dizendo que ambas podem estar relacionadas, definindo violência familiar como sendo “a que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade” (SAFFIOTI, 2015, p.75) e a doméstica a que ocorre predominantemente no interior do domicílio. Desta forma a violência familiar pode ocorrer ou não dentro do âmbito doméstico, podendo acontecer também de uma violência ocorrer dentro do ambiente doméstico e não ser familiar.

No que tange as violências familiares ou domésticas é importante destacar que n em sempre foi assim. Com a chegada dos Portugueses ao Brasil, houve a incorporação de leis trazidas por eles, as chamadas “Ordenações Filipinas do Brasil” que perdurou até 1916 com o antigo Código Civil. Nessas “Ordenações” as mulheres estavam sujeitas ao poder disciplinar do pai ou do marido, além de serem colocadas numa situação de “incapaz” e dizia ainda que se ela fosse casada, o marido era seu representante legal. Foram ocorrendo algumas mudanças ao longo dos anos, e somente no final da década de 1970, a partir da indignação de movimentos de mulheres e feministas⁶ contra a absolvição dos maridos ou companheiros que assassinavam as mulheres usando como justificativa a legítima defesa da honra, que os atos de violência contra mulheres passam a ser reconhecidos como tal.

Como podemos perceber toda a luta contra a violência é ainda muito recente, sendo incorporada na memória das pessoas e concomitantemente trás componentes pertencentes à cultura que ainda vivemos hoje. Como exemplo do processo ainda recente e atual de caminhada a favor dos direitos, identificamos que somente em 2005 com a Lei de nº 11.106, que judicialmente o crime de adultério foi afastado definitivamente.

⁶ O movimento feminista, apesar de não ser homogêneo e salvaguardando suas especificidades, possui como principal objetivo a luta contra o sistema de dominação patriarcal em busca da emancipação das mulheres, autonomia, liberdade e igualdade de direitos entre os gêneros, contribuindo assim para uma transformação social. Já os movimentos de mulheres podem ter como cerne pautas pontuais e desarticuladas com as lutas feministas, ou seja, o que aqui queremos evidenciar é o fato de que *todo movimento feminista é um movimento de mulheres, porém nem todo movimento de mulheres é feminista.*

Deste modo entendemos que a violência é algo que parece estar arraigado em determinadas culturas, principalmente nas sociedades regidas pelo capital, onde os impactos da questão social são mais agudizadas.

1.1 PATRIARCADO ATRAVÉS DOS TEMPOS E HOJE

Pertencemos a uma sociedade capitalista que é organizada a partir do trabalho e possui como principal fim a obtenção de lucros, extraídos no âmbito da produção e que geram consequências graves no âmbito da distribuição, principalmente pela disputa desigual perpetrada entre capital e trabalho. Isso resulta nas mais perversas formas de alienação dos(as) trabalhadores(as) que se organizam e criam suas subjetividades, memórias e consciências a partir de ideologias ditas dominantes. Essa lógica que coloca o trabalho como central pela égide da alienação, tende a anular as possibilidades de emancipação dos seres humanos e isso se reflete e se difunde nas diversas instituições desta sociedade, como as mídias, templos religiosos, locais de trabalho, escola e etc. Observando tal fato, torna-se clara a relação interligada entre estrutura e superestrutura ⁷ e mais do que isso, a importância essencial da superestrutura para a manutenção de tal ordem econômica capitalista, influenciando e sendo influenciada por um modo de produção, mas este aspecto será melhor abordado no segundo capítulo deste trabalho.

Podemos afirmar que o capitalismo tem como principal objetivo diminuir gastos e ampliar seus lucros e utilizará dos mais diversos meios para que isso aconteça, não se preocupando com ética ou um ideal moral. Logo, percebemos que se utilizando da desigualdade entre homens e mulheres, naturalizada na sociedade, compra a força de trabalho das mulheres por um preço menor que a dos homens. Ou seja, as mulheres que adentram o mercado de trabalho são mais desvalorizadas que os homens, o que demonstra que o capital se apropria desta categoria de patriarcado para se promover e lucrar. Sob esse aspecto, nos aponta Saffioti (2015) que

⁷ As categorias de estrutura e superestrutura serão desenvolvidas no item 2.1 deste trabalho.

Quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas. (SAFFIOTI, 2015, p.138).

A questão da subalternidade das mulheres na sociedade aparece aqui enquanto desvalorização da mão de obra feminina, um entre tantos outros aspectos que impactam diretamente o cotidiano das mesmas. Nesse sentido,

o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero [...] deve ser cristalina a ideia de que o patriarcado é, em termos históricos, um recém-nascido (SAFFIOTI, 2015, p.126).

O patriarcado não é um mero adjetivo de uma ideologia, apesar de também o ser, ou seja, o patriarcado possui uma existência material e sobretudo econômica, porém não se reduz a ela. Embora haja diferenciações nas formas que o patriarcado se apresenta ao longo do tempo, ele nunca deixa ou deixou de existir (SAFFIOTI, 2015). É certo afirmar, de acordo com dados do IBGE (2008) que as mulheres vêm ocupando o mercado de trabalho ao longo dos anos. Em 1970 o índice de mulheres no mercado de trabalho era de 18,5%, tendo chegado em 2010 à 50%, sendo que o maior índice que já chegamos foi em 2005 com 59% (IPEA, 2016).

Os estudos apontam também que “as diferenças entre os rendimentos de homens e de mulheres eram maiores entre os mais escolarizados. A remuneração das mulheres com curso superior era, em média, 40% inferior a dos homens” (IBGE, 2008, p. 3). Ou seja, enquanto mulheres e homens possuem um nível baixo de escolaridade, as diferenças salariais não possuem tanta discrepância, pois tanto homens quanto mulheres ganham pouco. Mas quando o nível de escolaridade se eleva, as desigualdades salariais também se acentuam.

Incorporando esses dados de uma forma crítica, entende-se que conforme o nível de formação fica maior, o valor da força de trabalho aumenta, porém com as estratégias do capital de extração de mais-valia, há uma apropriação da categoria patriarcado para alcançar com mais vigor e rapidez seu objetivo, fazendo com que a mulher tenha uma remuneração menor que um homem com o mesmo grau de escolaridade, simplesmente porque ser mulher nesta sociedade é sinônimo de ser inferior, portanto pode ganhar menos.

O patriarcado vem se complexificando ao longo do tempo, adquirindo novas roupagens. Isso fica claro quando nota-se que mesmo existindo, em minoria, mulheres que ganham o equivalente a seus maridos ou até mais que eles, ainda assim podem ocorrer opressões e violências de gênero. A mulher independente de seu nível empregatício pode permanecer subjugada a seu companheiro, além de possuir um alto nível de estresse por acumular diversas frentes de trabalho. Portanto, torna-se claro que não é o nível econômico que determina se a mulher vai ou não sofrer violência, mesmo esse sendo um fator que contribui a favor da mulher em relação a sua possibilidade de tomada de decisão. Apesar de esse ser um ponto objetivo que com certeza demarca um espaço importante, é primordial que não esqueçamos dos aspectos subjetivos que a cultura patriarcal impõe a esta essa mulher. Essa pressão subjetiva sofrida é dada de maneira velada e muitas vezes naturalizada que pode ser personificada pelo companheiro, por outras mulheres e até mesmo por essa própria mulher.

É importante enfatizar o salto qualitativo e o ganho das mulheres ao ingressarem no mercado de trabalho como conquista das lutas feministas, porém até que ponto isso é um meio de libertação para a mulher? Saffioti (2015) expressa seu pensamento de que

Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc., tradicionalmente reservadas aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da *dominação-exploração* da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma (SAFFIOTI, 2015, p.114).

Ou seja, o patriarcado até o presente momento da sociedade nunca deixou de existir, na realidade, ele vai adquirindo novas roupagens ao longo dos anos e nos diferentes níveis de exploração e de dominação de cada lugar ou época. Por isso é um contrassenso dizer que somente “garantir” o lugar da mulher na economia é o suficiente para ela não ser atingida por preconceitos, ou até mesmo para “garantir” seu papel de autonomia dentro de uma relação abusiva, que a coloque numa posição de inferioridade.

Ilustrarei estas afirmações com duas situações vividas no campo de estágio. A primeira situação trata-se de um casal que chegou ao balcão do serviço social buscando informações a respeito de uma idosa, mãe da mulher em questão. A mulher (também médica do hospital) tinha pouca consciência crítica acerca da questão de

gênero e demonstrava submissão em relação ao marido. Este por sua vez, era advogado e assumia a posição de fala, porém o fato relatado era um problema que estava acontecendo com a mãe dela. A postura do casal é bastante condizente com a cultura patriarcal em que vivemos, onde o homem é o que possui mais poder em ambientes públicos. A usuária em questão, não é uma mulher com pouco estudo, nem leiga quanto ao entendimento acerca do diagnóstico de sua mãe e nem dos direitos que ela e sua mãe possuem, mas mesmo assim ela assumia um papel de inferioridade ao lado de seu marido, que não aparentava agressividade e estava ali realmente defendendo questões de sua esposa sendo seu porta voz, mas ainda assim fica o questionamento do porque ela não estava assumindo o papel de fala.

O outro exemplo refere-se, aos relatos de um pai, a cerca das inúmeras violências (física, psicológica e moral), que sua filha sofreu do ex-companheiro inclusive no período gestacional. Porém além do ciclo de violência ele ainda aponta que no período de separação do casal “ele foi lá em casa, conversou comigo e devolveu a minha filha” (sic). Esse relato nos mostra como essa cultura de ter um patriarca, ou seja, da mulher ter um homem tendo-a como propriedade, é mais comum e mais atual do que conseguimos imaginar. A partir desse entendimento, não podemos deixar de perceber a questão da violência tão presente no dia a dia de muitas mulheres no mundo.

Estes exemplos foram usados a título de ilustração para compreendermos de que maneira as diferentes formas de violência, da mais sutil, às mais aparentes, fazem parte do cotidiano das mulheres e se expressam nos espaços ocupacionais dos profissionais, podendo ser naturalizados ou não, além disso, demonstraram que a questão de subordinação da mulher não está somente na esfera econômica e material. Não basta, para romper com os estereótipos de gênero e/ou alguma forma de violência, que a figura feminina esteja ocupando uma posição de prestígio na hierarquia social, deixando claro que o patriarcado está na ordem do dia, em todas as classes sociais, independente de raça, etnia ou sexualidade, se expressa de uma forma naturalizada e diluída no senso comum de tal forma que na maioria das vezes não causa estranhamento nem mesmo às próprias vítimas.

Mesmo o patriarcado sendo um fenômeno global, ele reverbera e se manifesta de forma singular e específica de acordo com o contexto de cada país. Se considerarmos os aspectos de formação sócio-histórica brasileira podemos observar que por termos sido uma colônia de exploração com muitos anos de escravidão,

trazemos para atualidade consequências ainda deste período. Por isso, seria de grande perda e omissão se não houvesse pelo menos uma parte deste trabalho que refletisse sobre este aspecto da história do Brasil.

Inicialmente é preciso demarcar o processo de colonização e exploração, com uma economia escravocrata que exportava basicamente matéria prima para outros países mais ricos, ou seja, o Brasil era e continua sendo um país com uma economia subordinada aos países ocidentais sofrendo impactos econômicos, culturais e sociais na época da escravidão e ainda hoje.

A mão de obra escrava utilizada no Brasil colônia e império era vista de maneira objetiva e sem a problematização de que isso poderia ser um crime, pois entendiam a escravidão com base nos recursos que haviam naquele momento da economia, justificando a utilização desta mão de obra devido à necessidade de um trabalho braçal não qualificado, desta forma os escravos exerciam papel fundamental para a economia continuar no seu ápice. Porém a “tecnologia” internacional começou a chegar ao Brasil, mesmo que de forma ainda embrionária, mas foi o suficiente para que o trabalho escravo fosse repensado inclusive tendo em vista a chegada dos imigrantes com mão de obra qualificada. Por alguns fatores a escravidão não estava mais se mostrando tão rentável e eficiente como antes. Eis alguns motivos.

Quando a produção do país é feita exclusivamente para exportação não há necessidade que esse produto seja absorvido dentro deste país, desta maneira não era preciso na época do Brasil colônia e império que houvessem muitas pessoas comprando produtos pois sua maior forma de conseguir dinheiro, como anteriormente já dito, era exportando. Porém com a chegada de novas tecnologias e produção de mercadorias, atreladas com o catalisador que se configurava a economia mundial, passou a ser imprescindível a existência de mais pessoas comprando cada vez mais mercadorias, com isso o trabalho escravo não era mais tão interessante:

Não participando do mercado de consumo, o escravo iria, progressivamente, surgindo como empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais e, sobretudo, como um obstáculo à nova rearticulação dos subsistemas capitalistas imposta pelo avanço do industrialismo inglês. (SAFFIOTI, 2013, p.209).

Outro fato importante foi que para o patriarca - que neste momento entende-se como o homem que será dono não só das terras como também dos escravos e de todo o resto de sua família incluindo filhas (os) e esposa - comprar um escravo se configurava num preço muito além do que contratar uma força de trabalho por um

determinado período de tempo, sendo esta própria pessoa a responsável pela sua subsistência. O escravo, portanto, era o equivalente a um meio de produção e consequentemente um capital fixo que o patriarca investia de uma só vez fazendo com que além de encarecer o processo, o mais valor obtido na produção ficasse pouco aparente. (SAFFIOTI, 2013).

A forma como é colocada esse momento da transição econômica é historicamente retratada sob uma perspectiva do patriarca capitalista, fazendo com que parte da história fosse ignorada. Os escravos também não estavam satisfeitos com a forma em que eram tratados, e não eram tão passivos como é tentado implantar culturalmente (FERNANDES, 1989). Também há de ser reconhecido o papel da mulher escrava e da mulher branca no Brasil colônia, império e na transição para o mundo do capital e do consumo. Essas diferenças dos papéis da mulher branca e negra, devem ser melhor estudados⁸ para que possamos ter a possibilidade de entender muitas das contradições e obstáculos que enfrentamos diariamente dentro de partidos, movimentos feministas, empresas e em nosso cotidiano como um todo.

A ~~inserção das mulheres na relação do gênero feminino com a~~ sociedade escravocrata patriarcal não era passiva, havendo inclusive ~~algumas resistências e revoluções~~ tanto das mulheres brancas como das escravas, porém como não tinham nenhuma força política, suas reivindicações eram abafadas e até hoje não possuem grande visibilidade. As mulheres brancas do Brasil colônia, as chamadas Sinhás, eram educadas para serem mães, esposas, costureiras, religiosas. Já as escravas além terem sua mão de obra explorada assim como a dos homens negros, exerciam papéis domésticos na casa grande e na senzala mantendo seus companheiros e filhos, além de sofrerem constantes abusos sexuais por partes dos seus senhores que eram seus donos, de acordo com as leis da época. Por esta razão mesmo que elas se recusassem ao ato, eram obrigadas a passar por ele.⁹

Toda essa trajetória do Brasil é colocada nos livros através de uma perspectiva do homem branco, porém após a população negra ter sido “liberta”, não só por pressão internacional, como também por pressão de reivindicações dos próprios escravos, esses últimos passaram a não ter mais como trabalhar, não ter onde morar ou como se manter, pois com a troca dos escravos por mão de obra assalariada, os

⁸ Este tema não conseguirá ser esgotado neste trabalho, porém alerta-se para a necessidade de estudos sobre ele.

⁹ Estas informações foram retiradas do curso online “Dialogando sobre a Lei Maria da Penha”.

negros não foram os escolhidos para serem esses trabalhadores, já que os imigrantes estavam no Brasil como força de trabalho barata e mais qualificada, com um nível de escolaridade que os negros nunca tiveram a oportunidade de ter. As mulheres negras conseguiram sustentar seus “empregos” mesmo que de forma exploratória e aviltante, fazendo com que seus companheiros ficassem sendo sustentados por isso. (FERNANDES, 1989). O autor ainda aponta que “para serem livres, eles tiveram de arcar com a opção de se tornarem ‘vagabundos’, ‘boêmios’, ‘parasitas de suas companheiras’, ‘bêbados’, ‘desordeiros’, ‘ladrões’ etc.” (FERNANDES, 1989, p. 57). O negro não participava do mercado de trabalho nem da política, ou seja:

Ele apenas estava presente, sem ser participante ou sendo participante de maneira ocasional. Essas condições histórico-sociais alimentaram a preservação de velhas estruturas sociais e mentais. Elas criaram o refugio social, os rejeitados. [...] O preconceito e a discriminação se ocultavam por trás do tratamento racial assimétrico, do branco da classe dominante (e de outros tipos de brancos); das iniquidades sociais, econômicas e culturais; da concentração racial de renda e da desigualdade racial extrema – e o negro era empurrado a aceitar e a engolir tudo isso! Não tinha como lutar e como romper socialmente com a “herança da escravidão”. O pior é que essa exclusão o marginalizava; o preconceito e discriminação fechavam as oportunidades de integração ao sistema ocupacional ou as restringiam ao mínimo. (FERNANDES, 1989, p. 59).

O Brasil, ainda hoje, carrega a “duras penas” a herança dessa época. Com base no que já foi discorrido, percebemos que a população negra vem sendo expropriada de seus direitos historicamente e que esse ranço permanece e permeia toda a cultura, tanto no sentido estético, como, por exemplo, quando nos padrões de beleza se exalta a beleza branca em detrimento da negra, quanto no sentido de a população negra pertencer majoritariamente à população mais pobre do país, sem oportunidades educacionais. Hoje, nas unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o número de presos negros/pretos e pardos chega a 72,57%. Não obstante a isso, 66,46%¹⁰ das pessoas presas destas mesmas unidades prisionais, possuem ensino fundamental incompleto.

Neste sentido cabe situar a questão da violência de gênero, que atinge tanto homens quanto mulheres, como mostra o mapa da violência de 2015 que faz uma comparação da violência de gênero de 2003 a 2013 mostrando algumas informações

¹⁰ Dados retirados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de Dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf> Acesso em: 25 jun. 2016.

importantes como por exemplo o homicídio de mulheres brancas cair 9,8% enquanto que o das mulheres negras aumenta 54,2% no mesmo período. Neste mesmo mapa também mostra a comparação dos meios utilizados para matar homens e mulheres, explicitando que 73,2% dos homicídios masculinos ocorreram por armas de fogo, enquanto que somente 48,8% de homicídio feminino é por esse meio, sendo maior e progressivo o “aumento de estrangulamento/sufocação, cortante/ penetrante e objeto contundente, indicando maior presença de crimes de ódio ou por motivos fúteis/banais.” (WASELFISZ, 2015, p. 39).

A partir desses dados, é possível perceber ligações entre tempos históricos diferentes e as evoluções ou regressões de números, como no mapa da violência de 2015. Somado a isso é possível fazer ligação com a história do país, que como dito ao longo deste tópico nasceu como colônia de exploração e marcou diferenças entre gêneros, raça/etnia, classes sociais entre outros até os dias atuais. Tendo isso como premissa é mister dizer que a formação sócio-histórica do Brasil merece destaque nesse debate, com os desdobramentos da contemporaneidade. Todavia, esse tema é passível de um estudo específico que poderá apontar importantes reflexões que se diluem no dia a dia de uma população que foi historicamente explorada e expropriada, podendo indicar estratégias de superação que não serão aprofundadas aqui.

“A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura.”

(Chimamanda Ngozi Adichie)

2 A IMPORTÂNCIA DA CULTURA PARA A ANÁLISE DO MACHISMO NA SOCIEDADE

Abordar o tema cultura se coloca como um desafio, tendo em vista a dificuldade em expressar tamanha complexidade. Porém ao acumular diversas leituras a respeito do capitalismo e do feminismo, não foi possível ignorar o papel primordial que as apropriações teóricas de cultura, principalmente de autores como Gramsci e Raymond Williams, trazem para o entendimento da sociedade como um todo e dos desafios que ela nos coloca, principalmente no fazer profissional do Assistente Social.

Por isso, neste capítulo, nosso objetivo será apontar a definição do conceito de cultura a fim de problematizá-lo, considerando o fato de que para as questões aqui levantadas, sua ausência poderia apontar, certamente, alguns equívocos teóricos restringindo a compreensão dos fenômenos sociais, tais como o machismo, como fatos isolados e a-históricos.

O trabalho criador, crítico e comprometido com diretrizes democráticas- poderíamos destacar aqui as diversas mediações necessárias ao trabalho do assistente social, sobretudo no que se refere a sua instrumentalidade- pode se configurar como estratégia de fortalecimento de determinados grupos e segmentos vulnerabilizados, quando articula de maneira coerente todo um conjunto de conhecimentos específicos sobre a realidade na qual estamos nos debruçamos. É a partir desse esforço teórico que se destaca a importância dos estudos culturais.

Entendemos que o patriarcado ~~o cultura patriarcal~~ é a égide para a compreensão do machismo presente na sociedade e que essa cultura encontra sustentação em toda a ideologia dominante, sendo necessária uma compreensão

mais crítica e real de que se somos fruto de um processo histórico, também podemos modifica-lo, construindo uma nova cultura.

Como nos destaca Marx “não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, seu ser social é que determina sua consciência”. É inclusive a partir dessa afirmação que Williams (2011) avança para a construção de seu materialismo cultural, enfatizando os processos de determinação. Essa nova abordagem, impele a uma revisão da base do materialismo histórico e dos processos culturais como práticas não mais entendidas como determinadas por uma base econômica delimitada que lhes precede e da qual são efeito. Nesse sentido, o autor enfatiza a importância de resgatar as noções de base e superestrutura e de hegemonia, como delineada a partir dos estudos de Gramsci.

É a partir desta noção que iremos transcorrer este segundo capítulo, numa apreensão crítica e correlacionada às questões de gênero, que a partir da nossa compreensão, são de fundamental importância para uma transformação societária de forma coerente, tendo em vista que mudanças na base material não determinam diretamente uma modificação superestrutural, existe sim, uma relação de imbricamento entre essas duas esferas e que são mediatizadas por questões de ordens diversas.

2.1 CULTURA E A TOMADA DE CONSCIÊNCIAS

Observando os aspectos tratados até o presente momento acerca das questões de gênero, precisamos correlaciona-la ao conceito de cultura, com o objetivo de entender de forma mais aprofundada as bases que sustentam esta sociedade capitalista. Para isso, utilizamos do referencial teórico marxista, apontando os avanços obtidos acerca da compreensão desta sociedade.

Marx, em uma de suas principais obras- “Para a crítica da Economia Política”- irá explicar de forma didática o funcionamento da sociedade capitalista, destacando seu método de análise da mesma. No entanto, a centralidade da sua obra não era o econômico, e sim, as formas de sociabilidade que envolvem a sociedade burguesa e o mundo da produção. Por isso, seguindo a linha marxiana, e tendo como centralidade o trabalho, podemos englobar dentro dessa perspectiva não só fatores econômicos, como também ideológicos, sociais e culturais.

Com o decorrer do tempo e da incorporação da obra Marxiana pelos marxistas, o econômico acabou sobressaindo e por isso, resgatando os estudos de Gramsci, visamos ultrapassar o chamado “economicismo vulgar”. Logo, se destacam aqui alguns conceitos- chave.

Em primeiro lugar, “cultura” nem sempre teve um significado abstrato. Até o sex XVIII, cultura se referia a *habitar, cultivar* ou *cuidar* de algo. Somente após esse século que passou a “designar um processo geral de progresso intelectual e espiritual tanto na esfera pessoal como na social” (CEVASCO, 2003, p. 9). Mas foi a partir do Romantismo e da Revolução industrial que o significado de cultura passou a ter valores, mostrando não só o que uma sociedade é, como também o que deve ser. Desde então, a noção valorativa de cultura passa a se sustentar, sendo no pós segunda guerra que a noção antropológica de cultura passa a preponderar “cultura como modo de vida”.

A partir disso, Raymond Williams¹¹, principal nome dentro dos estudos culturais, vê:

a necessidade de tomar uma posição sobre a cultura e de intervir no debate para demonstrar as conexões entre diversas esferas e salvaguardar o conceito para um uso democrático que contribuísse para a mudança social. O ponto de vista de inter-relação entre fenômenos culturais e socioeconômicos e o ímpeto pela transformação do mundo são o impulso inicial de seu projeto intelectual. (CEVASCO, 2003, p.12).

Este autor irá, no processo de seu estudo, enfatizará a importância semântica de alguns conceitos como, determinação e tradição (que serão mais aprofundados ao longo do presente capítulo), assim como abordará que:

em qualquer sociedade e em qualquer período específicos há um sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar apropriadamente de dominante e eficaz (WILLIAMS, 2001, p.53)

Ele não quer dizer que tais significados e valores são certos ou errados, ele somente diz que de acordo com o momento histórico, algumas concepções parecem ser estáticas, porém não o são. Tomamos como exemplo aqui a escravidão. As

¹¹ O autor foi neto de agricultores e filho de um ferroviário, viveu em seio familiar socialista e teve sua infância ligada ao partido dos trabalhadores, se tornando mais tarde, membro do partido comunista, mas foi após a segunda guerra mundial (a qual ele participou), que se tornou um grande teórico e crítico cultural tendo sua trajetória marcada por estudo sobre política, cultura, mídia e literatura, bem como por produções de roteiros e romances, com experiência na educação de jovens e adultos (TROQUEZ, 2014).

peessoas que viviam nesse contexto histórico, entendiam aquilo como normal, aquela era a realidade da época, havia todo um sistema econômico e cultural, com significados e valores que eram experimentados enquanto práticas por todos que ali viviam, logo, era muito difícil essas pessoas se moverem para algum tipo de mudança, tendo em vista que toda essa realidade abrangia muitas áreas de suas vidas.

Percebemos que isso é um fato que ocorre em todos os momentos históricos, inclusive neste em que vivemos hoje, porém, destacar aqui esses conceitos, nos leva a conjugar as análises desse e de outros autores, com a perspectiva de transformação que adotamos aqui nos estudos de gênero.

Nesse sentido, é preciso avançar para a compreensão das categorias de *estrutura e superestrutura* na teoria da cultura marxista, desenvolvida por Raymond Williams, onde define que Estrutura/Base “é um modo de produção em determinado estágio de seu desenvolvimento.” (WILLIAMS, 2011, p.46). E superestrutura é “uma “área” unitária dentro da qual as atividades culturais e ideológicas poderiam ser colocadas” (WILLIAMS, 2011, p. 45). Logo:

a estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011, p.187-188).

No que se refere à base, sua compreensão tem ficado apenas restrita a objetificar o modo de produção - assim como na compreensão vulgar do marxismo - tornando-o algo estático e uniforme, porém o que é o modo de produção se não a “existência social real do homem [...] as relações reais de produção que correspondem a uma fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais”? (WILLIAMS, 2011, p. 46), ou seja, cabe relacionar base às

atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico (WILLIAMS, 2011, p.47).

O que inclui também “reavaliar a superestrutura em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente” (WILLIAMS, 2011, p. 47).

Se entendermos a relação de base e superestrutura como uma determinação, estaremos excluindo todo o conceito de mediação tão importante para o entendimento da realidade, tendo em vista que quando falamos em mediação tratamos de algo mais

do que uma pura e simples determinação ou reprodução, trata-se de uma troca dinâmica e ativa que ocorre entre as partes.

Levando em consideração que estrutura e superestrutura formam um bloco histórico, não faz sentido pensar de forma unilateral, porque para uma transformação social a nível estrutural e superestrutural é necessário mais do que um novo modelo econômico de produção, é preciso uma emancipação a nível de consciências.

E aqui, se faz presente a necessidade de entender a categoria Filosofia da práxis, contudo, devido à complexidade de tal conceito, aqui não será possível esgotá-lo, somente expor o necessário para nos auxiliar na compreensão das ideologias e na tomada de consciência, fato esse que nos facilitará e se mostrará como indispensável para a assimilação do modo de ser machista, reproduzido inclusive pelas próprias mulheres.

Primeiramente precisamos entender que práxis é a categoria que permite a mediação entre teoria e prática, e a filosofia da práxis, nada mais é que essa mediação pensada e problematizada a nível social e individual, ou seja, é

a consciência plena das contradições, na qual o próprio filósofo, entendido individualmente ou como grupo social global, não só compreende as contradições mas coloca a si mesmo como elemento da contradição, eleva este elemento a princípio de conhecimento e, conseqüentemente, de ação [...] a filosofia da práxis é uma expressão das contradições históricas (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011, p.166).

Portanto, abordar as temáticas propostas a partir da filosofia da práxis é fundamental, pois trata-se aqui da tomada de consciência, seja ela de classe, gênero, raça ou qualquer outro tipo de consciência. O que queremos aqui explicitar, não é uma “separação” em nível de consciências, colocando hierarquias e juízos de valor. O que queremos mostrar é que para uma tomada de consciência do seu papel como indivíduo, salvaguardando todas as suas especificidades e diferenças singulares, é preciso demarcarmos a unidade entre teoria e prática, pessoal e político, individual e social, ou seja, tomando consciência de nós mesmos e do nosso papel na sociedade em geral é que de algum modo podemos questioná-lo e causarmos algum tipo de transformação a nível micro ou macro societário.

Por isso Gramsci, ao entender o papel primordial da filosofia, irá também nomear os seres como “filósofos”, no sentido de que todos nós podemos pensar a nossa prática, percebendo as contradições do mundo e nossas próprias contradições, elevando-as a um nível de ação pensada. Por esse, dentre outros motivos, é essencial

correlacionar teoria e prática, para não cair no academicismo, e para chegar o mais próximo possível do que Gramsci chama de intelectual orgânico para que desta forma haja um progresso intelectual-moral, onde em coletivo e no contato com as massas ocorra o próprio fenômeno de “classe para si” e não apenas um progresso intelectual que morre nos muros da academia, entre os próprios intelectuais tradicionais, que não conversam com as dificuldades e crises cotidianas das massas.

Para este autor, são os intelectuais que ligarão base e superestrutura, tendo em vista que os proletários não desempenham essa consciência crítica espontaneamente. Deste modo, Gramsci defende a necessidade do partido político com a inserção orgânica dos intelectuais, sendo então, este partido, a célula responsável pela formação da vontade coletiva nesses proletários. (ALVES, 2010).

Fazendo uma correlação com o gênero e utilizando do conceito que Gramsci desempenha sobre partidos políticos, entendemos que os movimentos feministas se enquadram também nesta definição. Para este autor, três coisas são essenciais em um partido político: um elemento difuso de “homens” comuns, como se fossem os “soldados”; o elemento de coesão principal, como se fossem os “capitães”; e o elemento médio que articule os dois primeiros no sentido prático, moral e intelectual. Mas para que isso seja possível é preciso “que se tenha criado a convicção férrea de que uma determinada solução dos problemas vitais seja necessária” (GRAMSCI apud COUTINHO, 2011, p. 306). Nesse sentido, conseguimos perceber a presença de todos esses fatores que Gramsci entende como principais, em um movimento feminista, tendo em vista principalmente que estes espaços são uma célula política que estimula a vontade coletiva nas mulheres e homens, tendo como principal ponto a desconstrução da sociedade patriarcal, e para algumas, a junção com a superação do capitalismo, ponto esse que nós concordamos e vimos como primordial.

De modo algum concordamos com a premissa de que somente as mulheres que estão inseridas em movimentos feministas lutam contra a sociedade patriarcal, assim como não se faz política somente em partidos políticos, no entanto, não podemos deixar de considerar a importância histórica que movimentos feministas representaram para as pautas galgadas pelo fim da sociedade patriarcal. As mulheres, afogadas em seus múltiplos afazeres, permeadas por valores machistas, classistas e racistas, encontram muitos limites e barreiras para que, sozinhas, consigam pensar e desenvolver uma consciência crítica e é possível que em sua grande maioria, não busquem movimentos feministas para desenvolver esse lado. Porém, o que queremos

mostrar aqui é que pautas feministas, não são estimuladas somente por movimentos feministas, mas também pelo próprio contato, por exemplo, com um profissional de serviço social que “tome essas pautas como importantes”¹², ou no contato com o tema através de aulas, palestras, músicas, peças teatrais, séries, filmes, documentários, dentre outras formas.

Baseado nesses conceitos até então desenvolvidos, entendemos que a disputa pela hegemonia está no campo das ideologias e que essas últimas se transformam a partir da tomada de consciências. Porém todo esse tipo de transformação não se dá somente de forma abstrata, na base do discurso. Há também uma existência econômica, galgada pelo modo de produção capitalista, por isso é que se torna tão difícil e complexa a disputa pela hegemonia.

Isso quer dizer que o “novo” sempre vai estar permeado pelo “velho”, ou seja, não existe um momento estanque, onde tudo passa a ser diferente. O conservador, por um certo tempo, irá coabitar com algumas manifestações revolucionárias, essa mudança vai sendo construída ao longo do processo histórico, causando as mudanças de forma gradual. Um exemplo que expressa minimamente essas possíveis modificações ideológicas é bem demonstrado quando uma mulher em sua militância, seja ela política ou individual, passa a tomar atitudes vistas como “desviantes” para o pensamento conservador. Obviamente terão pessoas que concordarão com essas atitudes, mas também haverá muitas sanções e julgamentos.

O que queremos dizer aqui é que o conjunto de significados e valores são passados ao longo da história através do processo de incorporação, que Williams vai entender como sendo basicamente a escola e a família, gerando deste modo “a tradição”, ou melhor dizendo, a “tradição seletiva”. Isso quer dizer que “certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados, enquanto outros significados e práticas são negligenciados e excluídos” (WILLIAMS, 2011, p. 54), estando dentre esses últimos, os significados atribuídos ao gênero feminino.

Sabemos, segundo BEAUVOIR, que “nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si” (BEAUVOIR, 2016, p. 13), por assim dizer,

¹² A ênfase necessária que deve ser dada a temas como o gênero, normalmente ocorre somente quando o profissional a elege como importante, tanto no espaço sócio ocupacional, quanto dentro de sala de aula. Porém este assunto será abordado mais profundamente no terceiro capítulo deste trabalho.

Não é o Outro que se definindo como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. (BEAUVOR, 2016, p.14).

A autora vai mostrar que ao longo da história, as mulheres (o Outro) não eram as protagonistas de suas vidas, sendo o papel delas negligenciado e guiado através do que o homem (o Um) elegia como correto e importante. Porém, mais do que colocar a mulher como inferior, ela tem que se enxergar como tal e replicar esse papel, aí então entra a importância da “tradição” e da ideologia, difundindo hábitos e valores que permitam o Outro se sujeitar a tal “ponto de vista”, incorporando este como seu, estando aí também, o grande papel da alienação.

Aqui pegamos o conceito de Marx de “Classe para si” onde ele basicamente mostra que para uma transformação societária é necessário que a classe trabalhadora saiba se distinguir das outras, adquirindo então a consciência de classe. Tendo isso em vista, e resguardando as devidas proporções, elencamos essa compreensão como essencial para o entendimento sobre a tomada de consciência que as mulheres precisam ter de seus papéis inferiorizados nesta sociedade, até porque esse é o primeiro passo para a luta contra o patriarcado.

Logo, defendemos aqui a ideia de que assim como a classe trabalhadora está para a consciência de classe, as mulheres estão para a *consciência de gênero*. Não estamos aqui excluindo o fato de que as mulheres também pertençam à classe trabalhadora, ou mesmo dizendo que as mulheres não precisem ter consciência de classe. Estamos apenas expondo o pensamento de que classe e gênero são categorias distintas e transversais uma a outra, isso demonstra que apesar de estarem presentes na sociedade atual, elas possuem gêneses diferentes e formas de enfrentamento distintas. A classe está ligada ao capitalismo, a determinado modo de produção, já o gênero está ligado com o patriarcado (que é muito anterior ao capitalismo), isso quer dizer que ao nos reconhecermos enquanto classe trabalhadora, estaremos lutando diretamente contra a sociedade capitalista, e não contra a sociedade patriarcal, porque para isso é necessário a consciência sobre a desvantagem da mulher na sociedade patriarcal e que somente a partir desse entendimento, será possível o estabelecimento de estratégias qualificadas para o enfrentamento desta realidade.

Dizemos que as mulheres não possuem consciência de gênero, quando concordamos com Beauvoir (2016) em sua afirmação sobre as vivências dessas

mulheres que sempre estiveram dispersas entre os homens, não possuindo um passado histórico coletivo.

Os proletários dizem “nós”. Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em “outros” os burgueses, os brancos. As mulheres – salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas – não dizem “nós”. Os homens dizem “as mulheres” e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito. (BEAUVOIR, 2016, p.15).

Em um contexto de guerra fria e Apartheid, essa autora referencia os proletários e os negros, comparando a forma com que cada um desses se enxergam como sujeitos, diferentemente das mulheres que não se auto designam como sujeitos de suas próprias histórias. Segundo Beauvoir, os proletários têm nas fábricas seus ambientes comuns, os negros têm os guetos como ambientes comuns. Já as mulheres vivem entre os homens, ligadas a eles de uma forma muito mais complexa tornando difícil esse reconhecimento de umas com as outras, quando, por exemplo, “Burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres negras” (BEAUVOIR, 2016, p.16). Isso mostra que historicamente a mulher não reconhece sua história, porque nunca foi enfatizado seu papel na sociedade, sendo vista como algo de menor valor, banalizando sua participação e logicamente tal fato terá impacto direto no mundo em que vivemos hoje.

Percebemos um incentivo a algumas atitudes ditas femininas, como, por exemplo, ser dócil, boa, apaziguadora, boa mãe, calma, entre outras. Porém essas características não são somente estimuladas como algo que a mulher tenha que possuir, mas também são vistas pela sociedade, e normalmente também pelas próprias mulheres, como algo quase que determinado biologicamente, fato esse encontrado nas “tradições”, passadas nas próprias famílias e na escola. Com isso as próprias mulheres reproduzem um machismo historicamente presente na cultura dominante, mostrando o caráter alienante deste fenômeno e sobretudo impulsionando a perpetuação do patriarcado nesta sociedade.

Tendo em vista que estamos inseridas (os) em uma sociedade capitalista, sustentada pelo patriarcado e pela alienação, é necessário um conjunto de estratégias para a manutenção de tal hegemonia. Desta forma, podemos dizer que há uma classe dirigente, que difunde suas ideologias através dos aparelhos ideológicos de

hegemonia¹³, mas que esta mesma classe também é dominante, já que está imbuída do aparato econômico e das forças armadas. Logo, se não consegue a hegemonia através do consenso e da difusão de sua ideologia, rebate e afasta os grupos de oposição através da força.

Porém o que precisa ficar claro é que uma classe dominante, não o é somente pelo fato de ser dona dos meios de produção. Isso também, sendo que o que faz uma classe ser dirigente e, portanto, hegemônica é a sustentação de seu monopólio intelectual. Logo, para se traçar uma estratégia de contra-hegemonia é necessário estimular a consciência de classe, ressaltando os diferentes processos perpetrados de alienação. Alienação aos meios de produção, e a todos os outros âmbitos da vida social que envolve também o protagonismo de suas vidas, de suas escolhas, dentre outras situações.

Partindo do fato que estamos num contexto de sociedade capitalista, a necessidade da incorporação real da consciência enquanto classe trabalhadora mostra-se como fator primordial para uma revolução social crítica, porém o que vimos percebendo a partir de alguns estudos, é a primazia de ênfases nas mudanças estruturais e uma subjugação da superestrutura, como esfera isolada e meramente alienante e alienada. O que nos parece aqui um equívoco. Isso de forma alguma se mostra como uma visão pós-moderna, muito pelo contrário, faz com que haja uma ampliação de nossa percepção acerca do fato de que a sociedade se complexifica ao longo dos anos e que a própria classe trabalhadora não é homogênea, fazendo com que o reconhecimento de uma classe enquanto trabalhadora, não implicará necessariamente no fim do patriarcado.

O que queremos enfatizar é que o homem trabalhador, se reconhecendo enquanto tal, não necessariamente estará entendendo seu papel privilegiado se comparado com a mulher trabalhadora. Mesmo que a sociedade seja capitalista e patriarcal, estimulando a eliminação de um, não estaremos de maneira direta, estimulando a eliminação do outro. Logo, partindo do pressuposto que já entendemos a importância das categorias da totalidade, mediação e filosofia da práxis, explicitados anteriormente neste capítulo, se faz presente aqui a necessidade de união das lutas e a exclusão do pensamento de que a superação do capitalismo é uma etapa para a

¹³ Seguindo a visão de Gramsci, é uma rede articulada de instituições culturais onde a classe dominante repassa a sua ideologia e realiza o controle do consenso. Entre esses aparelhos estão a escola, a igreja, jornais e meios de comunicação de maneira geral. (SIMIONATTO, 1995, p.43).

superação do patriarcado. Ao contrário, poderíamos dizer, inclusive, que sem a superação do patriarcado, a superação do capitalismo seria hipócrita. Afinal de contas, que sentido teria os trabalhadores se reconhecerem como tais e buscarem estratégias para a superação da sociedade de classes, enquanto no interior de seus lares as mulheres ainda continuam sendo violentadas e sendo colocadas enquanto responsáveis pela reprodução da casa, do cuidado com os filhos, e sendo responsabilizadas por qualquer erro que vier a acontecer dentro deste âmbito? Não poderemos ter, de forma coerente, uma sociedade igualitária na perspectiva de classe social, se os homens não conseguirem se relacionar de maneira igual com as mulheres e nem enquanto as mulheres continuem se tratando a partir de um estranhamento, culminando em rivalidades de diferentes ordens.

Percebemos que nos dias atuais, apesar de tais problemáticas, vivemos momentos de mudanças sociais, sendo notória a crise hegemônica que, segundo Gramsci,

é aquele momento em que nenhuma força consegue se impor consensualmente na sociedade. O momento em que "o velho morre e o novo não consegue nascer". (SADER, 2015, p. s/n)¹⁴

Isso ocorre devido ao fato da própria classe dirigente, divergir em opiniões, tornando o consenso ineficaz e fazendo com que a hegemonia da classe dominante seja questionada. Porém, isso não quer dizer que a oposição já se encontra preparada para tomar as rédeas da situação, como diria Nogueira

Se a crise é de hegemonia, diria Gramsci, podemos esperar que dela resultem muitas «situações delicadas e perigosas», pois os diversos grupos da população não têm «a mesma capacidade de se orientar e se reorganizar rapidamente». Nem sempre se produzem autênticas soluções orgânicas, impostas pela fusão dos opositoristas e dos que estão fora do poder. Podem surgir, por exemplo, soluções de outro tipo, fundadas na força ou na atividade de homens providenciais ou carismáticos. (NOGUEIRA, 1999, p. s/n).¹⁵

Isso nos mostra que a hegemonia é algo que sempre está em disputa, e que o “grupo de oposição” precisa estar preparado e organizado para uma oportunidade de aquisição da hegemonia. Assim, quando se trata de um momento de crise na hegemonia, as duas classes possuem formas diferentes de lidar com a situação

¹⁴ Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/blog/emirsader/207668/Profunda-crise-hegem%C3%B4nica-no-Brasil-de-hoje.htm>> acesso em: 11 de julho de 2017.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=264>> acesso em: 12 de julho de 2017.

de um lado a rearticulação da classe dominante, que através da coerção procura recompor a sua hegemonia (uma vez que possui uma capacidade maior de organização) através de “sacrifícios”, concessões ou promessas demagógicas. De outro, as classes dominadas podem ampliar a sua articulação e, portanto, o seu consenso, e reverter as relações hegemônicas a seu favor, ocupando espaços para se tornar classe dirigente (através do consenso) e dominante (isto é, condutora do poder). (SIMIONATO, 1995, p.41).

Deste modo, se vislumbramos uma reorganização no que tange ao gênero, é necessário articulações para que essas transformações ocorram ao nível ideológico, ocupando aos poucos os espaços, fazendo com que cada vez mais pessoas questionem a presença da hierarquia de gênero e a presença da ideologia tradicional presente nos aparelhos ideológicos de hegemonia.

A importância de estudos acerca da cultura em Gramsci é de essencial importância porque o machismo faz parte da ideologia tradicional. O mundo é visto de forma binária e as diferenças se transformam em desigualdades, fazendo com que haja uma supremacia de um pelo outro, em que o homem possui privilégios vistos de forma naturalizada pela sociedade patriarcal em que vivemos.

Mas esse fato se faz presente durante muitas gerações, por isso, tais valores são passados dentro das próprias famílias o que nos mostra que as próprias mulheres podem nunca ter questionado por que cabe a ela cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos e do marido, enquanto o mesmo “ajuda”, ou não, nas tarefas domésticas. Saffioti (2015), nos ajuda a pensar um pouco sobre isso:

Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. (Saffioti, 2015, p. 37).

Estando com o olhar atendo sob questões da realidade concreta, é possível identificar situações reais cujas origens não são problematizadas, como é nitidamente identificado com a questão gênero, com as relações de poder que decorrem dela, ou seja, mesmo que o machismo esteja presente na forma de julgamentos, na não identificação com o outro e nos preconceitos no geral, contraditoriamente ele está tão diluído na sociedade no âmbito da superestrutura, que se torna praticamente invisível aos olhos do senso comum e muitas vezes também do próprio profissional que cai nas armadilhas do capital.

Observar mulheres passando por realidades parecidas sem se identificarem com a dificuldade da outra é um fato muito comum observado no cotidiano profissional da enfermagem de pediatria. Não percebemos nas mulheres a sororidade¹⁶, sendo o julgamento ainda muito forte, os seja, as próprias oprimidas acabam se oprimindo ainda mais. E é isso que a sociedade capitalista estimula nas pessoas, fazendo com que elas não questionem criticamente a realidade em que vivem e colaborem para que tudo permaneça como está.

Vivemos hoje em um momento de crise do capital, com um aumento das desigualdades e sucateamento da coisa pública. Juntamente a isso está o sentimento de incapacidade dos sujeitos em mudar a roda da história, o que é algo estimulado pelo próprio sistema, que educa pessoas a serem assim. Esse é o momento de enfrentamento e de “choque de realidade”, pois quanto mais a situação econômica e social se agrava, mais emergente fica a necessidade de estabelecermos espaços educativos, de troca de experiências e engajamento político- uma vez que o aumento da questão social é latente.

Tal engajamento político não se trata somente da participação em partidos políticos e do estímulo ao intelectual orgânico que Gramsci coloca. Isso também, porém estamos vivendo tempos diferentes, tempos em que as minorias estão clamando por representatividade, tempos de tecnologia e de abertura para que as próprias ditas “minorias” exponham seus pensamentos. Precisamos buscar saídas melhores, se quisermos mudanças melhores, e só fazemos isso em coletivo, no contato com o outro.

Trazendo para um viés de gênero, entende-se o quanto é necessário os movimentos feministas, não só enquanto meios estratégicos para a busca de uma emancipação política, como também um grande “produtor” de intelectuais orgânicos que podem não só contribuir para lutas feministas dentro de partidos ou movimentos feministas quanto em suas próprias vidas pessoais, lutando contra a sociedade

¹⁶ Sororidade é um termo utilizado por feministas que significa a união e aliança entre mulheres, baseado na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum, dentro de uma dimensão ética, política e prática para a igualdade entre os gêneros. Do ponto de vista do feminismo, a sororidade consiste no não julgamento prévio entre as próprias mulheres. Retirado do link: <https://www.significados.com.br/sororidade/>

patriarcal simplesmente por não viver em seus moldes, tentando diariamente desconstruí-los.

Embora haja muita heterogeneidade dentro do feminismo, ainda assim há vários coletivos que lutam nesta vertente de mudança de uma sociedade capitalista e Patriarcal, porém é importante dizer que há uma tendência do capitalismo a enfraquecer o sentimento de coletividade e solidariedade na população e fazem isso explorando cada vez mais a classe trabalhadora, até ressecar as possibilidades imediatas de pertencimento da luta do outro como sua luta. Isso demonstra que não é uma questão de gênero desarticulada de uma questão de classe e nem um egoísmo pertencente ao indivíduo, ou seja, tratar essa questão como algo puramente individual e fragmentado é fazer uma escolha de não enxergar a situação por uma ótica crítica já que é clara a articulação do capitalismo e do patriarcado, formando pessoas que reproduzem preceitos também capitalistas e patriarcais.

Não obstante a isso, essas mulheres não só reiteram aspectos machistas e patriarcais como também sequer percebem que eles existem, portanto, não conseguem se enxergar dentro dele, se tornando uma vítima alienada e reprodutora do mesmo machismo que sofre.

Uma das formas que também podemos enxergar essa questão é entendendo qual o espaço do singular e genérico dentro de toda essa problemática. Algo que é facilmente perceptível é o julgamento do outro levando em consideração a nossa vida particular. Temos a tendência de sufocar o genérico em detrimento do singular, nos tornando seres individualistas e pré-julgadores das dificuldades alheias. Mas não paramos para perceber que somos seres singulares, com dificuldades e vivências específicas e particulares, mas que também em algum aspecto somos humano-genéricos, estamos produzindo algo para o mundo ao mesmo tempo que nos tornamos seres sociais.

Logo, o ser humano é singular e genérico, mas por vivermos no capitalismo, o aspecto singular tende a sobressair, está aí uma explicação básica e superficial, que caiba talvez um estudo interessante na área da psicologia, porém, se faz necessária uma abordagem conjunta, tendo em vista que não se explica ou se entende o “todo” somente a partir de uma área específica, de uma parte. Por isso, tal situação também pode ser explicada pelo viés do materialismo histórico-dialético, onde consideramos que o todo não é apenas a soma das partes.

A alienação, gerada pela forma como o trabalho se configura no modo de produção capitalista, contribui para o não reconhecimento de si mesmo como classe trabalhadora, assim como também não possui uma identidade de classe. Correlacionando com o caso das mulheres, elas também não possuem a consciência de gênero, não enxergam seu papel inferiorizado, nem mesmo se reconhecem enquanto sujeitos de sua própria história. Desta forma, como exigir que mesmo sem reconhecer a si próprio, esses sujeitos consigam reconhecer o outro ou se identificar com o outro? Logo, a primazia do particular e singular sobre o genérico encontra-se sustentado pela alienação, abrindo margem para fenômenos sociais, como por exemplo, o machismo.

Isso nos mostra claramente que existe um problema relacionado ao modo de produção da realidade econômica da sociedade capitalista. Porém também existe uma dificuldade a nível superestrutural, que faz com que as pessoas passem por suas dificuldades de maneira solitária; faz com que uma mulher mãe seja julgada o tempo inteiro, seja pela criação de seu filho(a) ou seu casamento falido; faz com que ao assistirmos um programa de televisão vejamos protagonistas com atitudes machistas e racistas sendo tratadas como normais; faz com que as crianças e adolescentes sejam estimulados a gostar de certas cores ou brinquedos de acordo com seu sexo, dentre outras características, ficando assim evidente a importância da cultura e de todo um “modo de vida específico”.

Logo, a primeira coisa que precisamos fazer é conseguir perceber a dificuldade alheia de forma horizontal, entender como isso se deu historicamente, exercer um trabalho educativo coletivamente, desempenhar estudos, cursos, eventos que possam fomentar a discussão e problematizar os hábitos e valores conservadores ditos como “normais” nesta sociedade. Ou seja, precisamos, mesmo que a curtos passos, fazer do pessoal, político, buscando essa transformação no nível estrutural e superestrutural, fazendo com que no campo das ideologias a consciência de classe e de gênero sejam estimuladas.

*“O presente não é um passado em potência, ele é o momento da escolha e da ação”
(Simone de Beauvoir)*

3 GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: DA FORMAÇÃO À PRÁTICA PROFISSIONAL

Tendo a percepção de que é no coletivo e no trato com o outro que enfrentamos os desafios postos nessa sociedade, identificamos o papel importante que o assistente social desempenha para tal enfrentamento.

De certo, não se trata de uma inserção alienada, messiânica ou fatalista. Afinal, não podemos atribuir aos assistentes sociais a tarefa de uma classe, já tendo sido superada essa fase histórica da profissão situada nos anos 1980. O que precisamos ter hoje é a clareza de que já caminhamos muito, mas que dentro do nosso fazer profissional, seja como assistentes sociais no exercício da docência, em um presídio, na área da saúde ou até mesmo no terceiro setor, nós temos o contato com o usuário, temos autonomia (mesmo que seja relativa) de atuar conforme o código de ética, seguindo um projeto de profissional específico.

Para entendermos o serviço social por uma perspectiva de gênero, precisamos situá-lo na sociedade atual. Já sabemos que vivemos numa cultura patriarcal que lida com os gêneros de maneira hierarquizada, estando o homem e a masculinidade acima da mulher e da feminilidade, tendo um, mais importância que o outro, nesta sociedade. Aos aspectos masculinos que são exaltados incluem-se ser criativo, racional, focado, comunicativo, objetivo, entre outros. Já os femininos, incluem-se a fragilidade, sensibilidade, passividade, ser cuidadosa(o), ser detalhista, dentre outros. Esses aspectos estão para além do modo de ser de cada indivíduo, eles estão presentes em todos os âmbitos da vida social, inclusive nas profissões existentes.

Deste modo, existem profissões masculinas (engenharia, direito, medicina, administração, entre outras) e femininas (psicologia, nutrição, serviço social, entre outras) que competem entre si, dando para perceber claramente a diferença tanto salarial quanto de status e de visibilidade social. Entendemos tal fato de acordo com a lógica machista e patriarcal que trata mulheres e homens de forma desigual, fazendo com que da mesma forma que homem tem mais importância que mulheres, as

profissões masculinas também são mais importantes que as ditas femininas (BEZERRA; VELOSO, 2015).

O serviço social é uma profissão que passou por muitas fases no decorrer de sua trajetória histórica e algo que vemos com muita clareza é que tanto o gênero quanto a cultura (enquanto modo de vida) não foram temas tão explorados dentro deste campo do saber, sendo inclusive, uma profissão, que por estar inserida nessa sociedade acaba por muitas vezes reiterando hábitos machistas, classistas e racistas.

É a isso que esse capítulo irá se centrar. Iremos trazer a tona e fomentar o debate sobre gênero no serviço social. Assim, destacamos não só como o referido tema se insere no campo sócio ocupacional junto ao usuário, como também dentro do próprio debate acadêmico e nas diretrizes curriculares. Tendo isso em vista, separaremos este capítulo em dois momentos, o primeiro abordará e problematizará aspectos presentes na formação profissional no que diz respeito ao gênero e o segundo centrará no campo profissional do assistente social, abordando como o gênero se insere e se manifesta do cotidiano de trabalho.

3.1 O GÊNERO E O CURRÍCULO PROFISSIONAL

O serviço social tem como seu objeto de trabalho as expressões da questão social, isso quer dizer que ao se formar, o profissional terá que estar devidamente preparado para atuar junto a demandas sociais agudizadas, como pobreza extrema, dificuldades de interlocução e acesso às redes de suporte assistencial, jurídico, previdenciário e até mesmo de saúde. Casos de violências e preconceitos perpetrados contra mulheres, crianças e adolescentes, negros, idosos, população LGBT também são comuns no cotidiano deste profissional, podendo ser considerados enquanto expressões da questão social, logo, também é objeto de trabalho deste profissional.

Todas as demandas que possam vir a aparecer no cotidiano profissional, são motivadas e tem como gênese os conflitos causados pela relação entre capital-trabalho. Conjuntamente a isso também lidamos com muitos preconceitos e atitudes conservadoras motivadas por ideologias dominantes. Diante do fato de que o assistente social é o profissional mais apto para lidar com tais demandas sociais, é coerente que se tenha uma base teórica que o possibilite responder tais demandas.

Para além da profissão e do currículo acadêmico existem as questões que passam pela ordem da formação das subjetividades e da formação da ética e da moral

dos sujeitos, essas em alguma medida são influenciadas pela posição que esses sujeitos ocupam na sociedade e pelas suas escolhas e vivências pessoais, o que passa pela própria construção de uma consciência coletiva de acordo com seu grupo ou classe social. Logo, ter disciplinas que discutam a cultura, o gênero, o machismo e a realidade que afeta negativamente a vida da mulher não é determinante para que este profissional desconstrua as ideologias formadas desde a sua infância de acordo com suas vivências e experiências pessoais, mas o seu contrário também não procede.

Na realidade, o momento da formação profissional é uma das oportunidades que temos de mudar nossa forma de ver o mundo, experienciar novas vivências no estágio, lidar com novas realidades, obter novas informações. Esse conjunto de fatores faz com que se tenha a possibilidade de uma mudança de perspectiva, desconstruindo preconceitos e ampliando o contato com novos temas. Toda essa trajetória poderá influenciar diretamente no nosso fazer profissional, por isso é de tamanha importância ter disciplinas de caráter obrigatório de temas que se manifestam como expressões da questão social.

De acordo com Iamamoto (1998), a(o) assistente social tem dois condicionantes que impactam sua prática profissional, o primeiro é motivado por fatores internos, aqui se encontram as competências profissionais como por exemplo, “estratégias e técnicas; a capacidade de leitura da realidade conjuntural; a habilidade no trato das relações humanas; a convivência numa equipe multiprofissional, etc” (IAMAMOTO, 1998, p. 94). Tais fatores são estimulados ainda no interior da academia, onde o profissional, ao ter contato com teorias críticas, possivelmente terá condições de desempenhar uma leitura crítica da realidade, de acordo com uma prática pensada. Já o segundo condicionante é motivado por fatores externos que estão ligados aos meios de trabalho que o profissional tem acesso, seja os recursos materiais, as relações de poder institucionais, ou às políticas sociais que nem sempre são suficientes para as demandas que se apresentam.

Tendo isso em vista, nos centraremos neste momento no período de formação profissional, onde serão apresentados conteúdos que preparem para tais enfrentamentos, conforme especifica as três competências profissionais do assistente social, tais quais: a ético-política; teórico-metodológica; e técnico-operativa. Sabemos que essas três dimensões não podem ser desempenhadas separadamente, senão

corremos o risco de cair na fragmentação e despolitização, desta forma percebemos que em todas elas podemos encontrar a perspectiva de gênero.

Respectivamente, na primeira competência está embutido o conceito de que o assistente social não é um profissional neutro, isso quer dizer que é necessário um posicionamento político de acordo com os valores expressos no Código de ética profissional. No campo sócio-ocupacional isso nem sempre ocorre de forma tranquila e natural, devido ao fato de que podemos lidar com pessoas altamente despolitizadas e arraigadas em valores conservadores, inclusive nossos próprios usuários, “patrões” e colegas de trabalho, sendo um desafio encontrar maneiras para se posicionar a favor da classe trabalhadora e buscar forças para o enfrentamento do machismo sofrido inclusive entre nós mesmas, já que 97% da categoria profissional é composta por mulheres (CFESS, 2005). Diante disso se justifica disciplinas no currículo profissional que trabalhe teoricamente com questões de gênero, com o intuito de fortalecer a apreensão de tal temática por este profissional, tendo em vista que o cotidiano profissional está permeado por tais questões

A segunda competência – teórico-metodológica – explicita que o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha, isso quer dizer que é preciso enxergar os fenômenos sociais além de sua aparência, buscando sua essência e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais. Sob uma perspectiva de gênero essa dimensão é bastante problemática.

Somos permeados pela cultura classista, típica do capitalismo, porém ao adentrarmos no curso de Serviço social temos contato com o método de Marx; disciplinas sobre fundamentos que nos mostram a formação sócio-histórica da profissão; estudos altamente críticos sobre a conjuntura atual e do entendimento da forma como funciona e se sustenta a sociedade capitalista. Mesmo com toda essa base teórica e essa possível desconstrução de preceitos capitalistas dentro nós, ainda assim é um desafio ir contra o capital no nosso fazer profissional. Isso foi possível identificar inclusive, na abordagem que fizemos aqui sobre a construção da ideologia e hegemonia em Gramsci. Agora, se tratando da questão de gênero, historicamente nos inserimos na sociedade patriarcal, nos constituímos enquanto ser humano nesta cultura machista, logo, é possível reproduzirmos de maneira automática tal aspecto cultural, por isso são necessárias formas de desconstruir tais ideologia. Uma das

formas que podem contribuir para isso é a existência de disciplinas que colocam o gênero em pauta.

É expresso pelas diretrizes curriculares do Serviço social que disciplinas de gênero sejam de caráter obrigatório e que inclusive se insiram de forma transversal em todas as outras disciplinas, porém o que vemos na realidade é que isso não é implementado, tendo como exemplo a própria escola de Serviço social da UNIRIO. Atualmente a reforma curricular que colocará a disciplina de gênero como obrigatória, está na eminência de acontecer, porém passamos por algumas barreiras ao longo do caminho. Esta escola foi criada com um déficit no número de professores e foi crescendo de forma gradual, porém ainda hoje não funciona da forma ideal. Isso sem dúvidas tem impactos diretos na não oferta da disciplina de gênero como obrigatória, porém também existem aspectos culturais e subjetivos que podem limitar e retardar tal avanço, mesmo que eticamente seja inconsistente lutar contra tal reforma curricular.

Existindo obrigatoriamente essa disciplina no currículo acadêmico, aumentam as chances de que no fazer profissional, ao vivenciarmos uma situação de machismo não a tratemos como algo banal. Mas para que isso tenha a possibilidade de acontecer, é necessário que esta disciplina seja ofertada com qualidade, de forma que entendamos o fenômeno em sua essência, sendo abordado sua historicidade, identificando dialeticamente suas contradições, conquistas e possibilidades de enfrentamento.

Já a terceira competência – técnico-operativa – se refere à premissa de que se você como profissional possui o conhecimento fundamentado sobre algo, é necessário que se equipe de um conjunto de habilidades técnicas que permitam o desenvolvimento de ações profissionais que sejam qualificadas, respondendo às demandas que a realidade social nos coloca. Logo, se o gênero não é bem estudado academicamente, levando em consideração o currículo do curso, é notório o não pertencimento desse tema como algo relevante, levando ao entendimento de que as chances desses profissionais não possuírem um conjunto de habilidades para lidar com o fenômeno do machismo é um fator muito provável. Vale ressaltar também que o gênero está inserido em todas essas competências de forma muito superficial, isso demonstra mais uma vez que as três estão interligadas e que provavelmente o profissional que teve mais proximidade ao tema, terá uma maior bagagem teórica, que

poderá impactar positivamente na tomada de decisões, motivadas pela ética profissional, e nas habilidades técnicas deste profissional.

Em se tratando de currículo profissional, sabemos que somente no final dos anos 1990 que o debate acerca do gênero chegou ao Brasil, ou seja, é um debate que entrou no seio acadêmico brasileiro muito recentemente, sendo somente em 1996 incorporado às diretrizes curriculares para os Cursos de Serviço social aprovado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Tais diretrizes estabeleceram, dentre outras regras para a formação profissional, três eixos para o currículo dando uma direção e organizando as disciplinas nesses três grandes núcleos, que são: Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. A autora Rita Lima faz uma breve explicação sobre cada um deles e situa onde se enquadra o conceito de gênero.

O primeiro — Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social — é responsável pelo estudo do ser social como totalidade histórica, analisando os componentes fundamentais da vida social. O segundo — Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira — remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração particular concreta e considerando as suas diversidades regionais e locais. O terceiro — Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional — discute, analisa e estuda o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, que tem como objeto de atuação as múltiplas expressões da questão social. É justamente dentro desse terceiro núcleo que, a nosso ver, devem se dar as discussões mais aprofundadas sobre as relações sociais de gênero. Contudo, isso não significa que tais discussões estejam ausentes dos outros dois núcleos, pois o primeiro, ao tratar do ser social como totalidade, e o segundo, ao tratar das particularidades da realidade brasileira, devem também debater as relações de gênero que perpassam todas as dimensões da vida social. (LIMA, 2014, p. 56).

Aqui concordamos com a visão da autora e acrescentamos ainda que como o gênero se trata de um tema transversal à vida em sociedade, logo, entendemos que ele se enquadra direta ou indiretamente na maioria das disciplinas. Porém, o que se percebe nos currículos acadêmicos é que as disciplinas de gênero estão presentes de forma opcional na grade acadêmica e que o referido tema não é tratado em outras disciplinas, ficando a cargo do professor englobar ou não tal tema. De acordo com pesquisa realizada por Lima (2014), podemos identificar que:

na maioria das universidades do Brasil as disciplinas que tratam da temática de gênero se dão predominantemente de forma eletiva, ou

seja, os(as) discentes podem terminar o curso de Serviço Social sem cursá-las. Quando são ofertadas, o são a partir do 5º período do curso, mas há muitas universidades nas quais a oferta só se dá no 7º ou 8º período, ou seja os(as) discentes já têm passado pela experiência do estágio curricular obrigatório. Deste modo, as questões de gênero, raça/etnia podem passar despercebidas aos discentes, pois a formação profissional no Serviço Social enfatiza a questão das classes sociais, mas por vezes esquece-se que ligada à classe social encontram-se as mediações de gênero, raça/etnia e orientação sexual, mediações importantíssimas a serem problematizadas no processo de formação profissional. (LIMA, 2014, p. 48).

Nesse sentido, ao nos depararmos com os dados expressos a seguir, a necessidade de disciplinas que contemplem o gênero e a raça/etnia, na formação deste profissional de forma obrigatória, estaria notoriamente justificada. A saber, alguns dos dados são: 97% das assistentes sociais são mulheres (CEFESS, 2005); 69% dos que recebem bolsa família e 60% dos que recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC), são negros; “O Brasil é hoje o país que apresenta a maior população negra depois da Nigéria, e os negros e negras representam 62% da população empobrecida no país.” (LIMA, 2014, p. 55); cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos no País; durante o ano de 2013, houveram 13 homicídios femininos diários; no período de 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios¹⁷ (IPEA, 2013); Estima-se “em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma a cada hora e meia” (IPEA, 2013); 61% dos feminicídios foram de mulheres negras; em 2015 a porcentagem de mulheres vítimas de acordo com cada delito: lesão corporal dolosa (63,7%), estupro (84,5%), tentativa de estupro (91,1%), violação de domicílio (66,7%), supressão de documento (58,0%), calúnia/injúria/difamação (73,6%), ameaça (65,5%) e constrangimento ilegal (59,0%).¹⁸

Essas mulheres violentadas, a população negra empobrecida, os usuários do BPC e do Bolsa família, chegarão aos nossos atendimentos, estarão diariamente necessitando de profissionais que identifiquem e interpretem suas especificidades, a

¹⁷ Femicídio ou Feminicídio é o termo utilizado para denominar o homicídio de mulheres, somente pelo fato de serem mulheres, decorrentes de conflitos de gênero. Este crime é geralmente perpetrado por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros que “decorrem de situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem”.

Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/IPEA_-_Viol%C3%Aancia_contra_a_mulher_-_femicidio%C3%ADdios_no_Brasil.pdf

¹⁸ Dados retirados do link:

http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DossieMulher2016.pdf

fim de buscarem estratégias qualificadas para responder tais demandas, uma vez que isso pode implicar em risco de morte para essas usuárias. Contudo, será que estamos formando profissionais com essas competências? Será ele(a) capaz de entender os impactos relativos à sociedade patriarcal, classista e racista no seu trabalho? Essas questões são ainda mais agravadas com o aumento dos cursos à distância.¹⁹

Sabemos que a transformação societária, inclusive sob a perspectiva de gênero, está para além da profissão de serviço social, sendo necessário um conjunto de fatores, como por exemplo mudanças nos currículos escolares, nas políticas públicas, no âmbito familiar, no modo de produção capitalista, nas ideologias, porém é impossível desvincular uma profissão interventiva que tem como objeto de trabalho a questão social, de toda essa realidade dada pela sociedade.

Diante desses dados e reflexões, alertamos para o fato da necessidade de trabalhar a articulação entre teoria e prática de forma efetiva. Partindo do pressuposto que esta profissão defende uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos, é incoerente pensar que diante de tal realidade social que mata e violenta mulheres, disciplinas que lidam com esses temas (gênero, raça/etnia) não sejam de caráter obrigatório dentro deste curso que forma profissionais que lidarão cotidianamente com essas vítimas.

Para que tenhamos tal noção é preciso que minimamente, o currículo profissional seja organizado de acordo com o que teremos que lidar no futuro enquanto assistentes sociais. E neste cotidiano, não lidaremos somente com questões relativas à classe social, somados a eles se encontrarão demandas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, situações geracionais, dentre outras. Logo, é necessário que sejam preparados profissionais para lidar com essas demandas de forma crítica e livre de preconceitos, o que só será possível se considerarmos como um primeiro passo e defendermos a inclusão de disciplinas que abordem as temáticas de cultura, gênero e raça/etnia, como obrigatórias no currículo profissional, ressaltando também a importância de serem temáticas transversais, não isoladas.

¹⁹ “No nível da formação acadêmico-profissional existem, em agosto de 2011, 358 cursos de graduação autorizados pelo MEC, dos quais dezoito de ensino a distância (EAD) que ofertam, no mesmo ano, 68.742 vagas. Na modalidade presencial os 340 cursos ofertam, em 2011, 39.290 vagas, segundo as Sinopses Estatísticas do MEC, totalizadas por Larissa Dahmer, em 2013. 1 As matrículas em cursos de Serviço Social assim se distribuem, em 2011: na modalidade EAD 80.650 matrículas e na modalidade presencial 72.019 matrículas.” (IAMAMOTO, 2014, p.612).
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf>> acesso em: 12 de julho de 2017.

Uma pesquisa²⁰ feita em 2005 pelo CEFESS para mapear o perfil profissional do serviço social, mostra que a esfera pública emprega 78% das(os) assistentes sociais, no Sudeste este número chega a 80%. As áreas que mais contratam estes profissionais é a saúde, assistência social e previdência social. Isso quer dizer que a maioria dos profissionais terão contato alguma vez no seu histórico profissional com alguma situação relacionada ao gênero, tendo em vista que é na saúde e na assistência social que mulheres que sofrem violências de gênero buscarão auxílio.

Todo este debate caminha também em consonância com os onze princípios fundamentais do Código de ética profissional. A maioria dos princípios abordam indiretamente o gênero e dois deles falam especificamente deste tema. Isso nos mostra que temos um compromisso ético profissional com a categoria gênero. Os onze princípios são:

Princípio 1 - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

Princípio 2 - Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

Princípio 3 - Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

Princípio 4 - Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

Princípio 5 - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

Princípio 6 - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

Princípio 7 - Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

²⁰ Disponível em: < http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>

Princípio 8 - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;

Princípio 9 - Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;

Princípio 10 - Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

Princípio 11 - Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Como podemos perceber os princípios 6, 8 e 11, tratam diretamente acerca das questões de gênero; os princípios 7 e 10, dialogam mais diretamente com a própria categoria profissional; e todos os outros possuem notórios vínculos com o compromisso que a categoria profissional possui junto ao incentivo da desconstrução de bases patriarcais que desvalorizam a mulher nesta sociedade.

É preciso que a categoria, independente da área de atuação, atente para o fato de que a nossa intervenção está no âmbito das relações sociais e estas estão intimamente ligadas a toda a nossa construção sócio histórica brasileira, com a nossa cultura, marcada por um recorte de gênero que coloca a mulher em proporções desiguais em todos os âmbitos da vida em sociedade. Esse debate não pode mais ser silenciado, ou tratado como menos importante, principalmente dentro do Serviço social, uma profissão que lida diariamente com tal fenômeno.

Nesta profissão vemos que “a função pedagógica do Assistente Social se desenvolve no marco das práticas educativas formadoras da cultura” (MARTINS, 2013, p.3)²¹. Isso quer dizer que a intervenção profissional é um espaço privilegiado para a transformação de consciências de classe e de gênero, porém não é a única responsável por isso, tendo em vista que somente no coletivo e do interior da própria classe trabalhadora que se faz emergir a transformação societária. Nós, como profissionais, podemos somente auxiliar e fomentar tais valores para a superação dessa sociedade burguesa e patriarcal.

21

Disponível

em:

<<https://mail.google.com/mail/u/0/?zx=ok0x8xo4n6xz#inbox/15d22c627b09853d?projector=1>> acesso em: 13 de julho de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi realizado levando em consideração a inserção da mulher nesta sociedade, porém é preciso ser dito que nossas diferenças são o que nos fazem mais únicos em nossas complexidades, essas diferenças não podem se transformar em desigualdades. Entre as mulheres, há as mulheres negras, brancas, homossexuais, transgênero, nordestinas, ou seja, somos muito diversas. É certo dizer que de acordo com cada especificidade sofreremos mais ou menos nesta sociedade, mas o ponto central do debate não é procurar quem sofre mais, ou o que nos diferencia, e sim o que nos une, porque ficar lutando entre nós mesmas não irá nos levar à gênese do problema.

Nessa medida, ressaltamos a importância de abrir espaços de debate que fomentem esses temas, assim como para a construção de novas estratégias de conhecimento, permitindo o aprofundamento do debate teórico a fim de nos auxiliar na compreensão real desse fenômeno social. O gênero, como podemos ver no primeiro capítulo deste trabalho, são padrões de comportamento que se inspiram e se manifestam nos sexos, mas não se reduzem a ele. O patriarcado nos impõe historicamente esses padrões e coloca-os posicionados de forma hierarquicamente estabelecida, onde o masculino tem mais valor e mais importância que o feminino.

Isso tem rebatimentos em todos os âmbitos da sociedade, seja na forma desigual que a mulher se insere no mercado de trabalho, em sua dupla ou tripla jornada de trabalho, nas múltiplas violências de gênero sofridas, na forma como se veem como inimigas, dentre outras questões. Porém o que vale ressaltar é que nenhuma dessas discussões fazem sentido se não articularmos essas pautas à sociedade de classes.

É certo dizer que o capitalismo e o patriarcado se articularam, dando uma nova roupagem às questões de gênero, intensificando as violências e limitando cada vez mais a tomada de consciência. Com a classe dominante e dirigente estabelecendo as prioridades, esvaziam-se e fragmentam-se as estratégias de enfrentamento, porém incentivamos e defendemos a tese de que é possível uma transformação social, tendo em vista que a luta pela hegemonia é algo que sempre está em disputa.

Partindo deste pressuposto, é impossível não incluir o serviço social nesse bojo, já que se trata de uma profissão interventiva que lidará cotidianamente com

opressões e violências motivadas e sustentadas por esta sociedade capitalista e patriarcal. Este profissional necessariamente precisa estar preparado para lidar com tais demandas, porém contraditoriamente, disciplinas que debatam as questões de gênero nesta sociedade, não estão incluídas de forma obrigatória no currículo deste profissional.

Esse tema carece de muitos investimentos das mais diversas áreas do saber tendo em vista que se trata de um conteúdo transversal, complexo e profundo que requer constante capacitação. Deste modo, com as páginas anteriores, não houve a pretensão de esgotar o tema, mas sim servir de incentivo para muitos trabalhos educativos nos mais diversos campos sócio-ocupacionais, bem como para contribuir em possíveis desconstruções pessoais, ou para qualquer tipo de atividade que tenha como norte a superação desta sociedade capitalista e patriarcal. Sem mais, gostaríamos de deixar a seguinte reflexão: O que você faz ou pode fazer para incentivar uma transformação a nível de consciências?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Suely Souza de Almeida. **Femicídio**: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia**: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova 80: 71-96, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>>.
- ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi. (Orgs.). **Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada**. – Bauru, SP: Edusc, 2007.
- BANDITER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**: o mito do amor materno. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais** 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2003. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B4Y-7dQdsH2ZejVHd2EtRmlSQi1vSHIYMIE4U2dGQQ/view>>.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- DEPARTAMENTO Penitenciário Nacional (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)**, Dez. 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf> Acesso em: 25 jun. 2016.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo. Editora Cortez e Editora Autores Associados, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 33).
- GAMA, Andréa de Souza. **Trabalho, família e gênero impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. 1. ed. São Paulo: cortez, 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 120, p. 609-639. São Paulo, 2014.
- _____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. Cortez: São Paulo, 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_mulher/Suplemento_Mulher_2008.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2016.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. "A família colonial e a construção do Brasil: Vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte". **ANTHROPOLÓGICAS**, ano 9, v. 16, n. 1, p. 171-196. Recife, 2005.

IZQUIERDO, Maria de Jesus. **Bases materiais del sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, 1992. Mimeografado. Disponível em: <<https://anossapropriasubstancia.wordpress.com/2016/12/21/bases-materiais-do-sistema-sexogenero%C2%B9/>> Acesso em: 28 de março de 2017.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. In: **Serviço Social e Sociedade**, n.117, p.45-68. São Paulo: 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n117/04.pdf>> Acesso em: 18 de junho de 2017.

MARTINS, Filipe Perantoni. Serviço Social e perfis pedagógicos: elementos para uma análise crítica. In: **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte, 2013.

MITCHELL, Juliet. **Mulheres: A Revolução mais longa**. Rio de Janeiro, 2006.

SAFFOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção primeiros passos, 7).

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/291769/mod_resource/content/0/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Vanessa Bezerra de; VELOSO, Renato dos Santos. **Gênero e Serviço Social: Desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Conceituações de Raymond Williams sobre cultura como fundamento para o currículo comum**, 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília, DF: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em: 06 de Outubro de 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.